

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2026
Processo n.º 58/2026

O Presente **Pregão Eletrônico** tem por objeto: ***Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), por meio de plataforma digital com atendimento remoto em tempo real, em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), para garantir a acessibilidade comunicacional às pessoas surdas e com deficiência auditiva no âmbito da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT,*** conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste edital e seus anexos.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

Local: bllcompras.com

Data da sessão: **05/05/2026**

Horário: **09h30min – Horário de Brasília**

CONTATO
(66) 3411 5734
pmrroo@hotmail.com

1. PREÂMBULO:

1.1. EDITAL DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 07/2026, PROCESSO Nº 58/2026.

1.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO:

1.2.1. MENOR PREÇO POR LOTE

1.3. Data: 05/05/2026, Horário Brasília: 09:30hs, Endereço: Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Estado de Mato Grosso, Avenida Duque de Caxias n.º 1.000, CEP: 78.740-022, Bairro: Vila Aurora - Sala de Licitações – PISO SUPERIOR.

1.4. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal, denominado **Pregoeiro**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página eletrônica da **BLL– Bolsa de Licitações e Leilões: bllicompras.com**.

1.5. O número da Licitação no site da BLL é **Pregão Eletrônico n.º 07/2026 e Processo n.º 58/2026** e nome utilizado é **Prefeitura Municipal de Rondonópolis – MT.**

1.6. FUNDAMENTO LEGAL: O Município de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, mediante ao (a) Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 40.976 de 05 de março de 2026, torna público para conhecimento dos interessados que esta licitação é regida nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, inciso XX do artigo 6º; § 1º do artigo 18; Decreto nº 11.685, Lei nº 14.061/2025 e Decreto nº 12.608/2025**, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

2. DO OBJETO:

2.1. O objeto da presente licitação é **Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), por meio de plataforma digital com atendimento remoto em tempo real, em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), para garantir a acessibilidade comunicacional às pessoas surdas e com deficiência auditiva no âmbito da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT**, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos neste edital e seus anexos.

2.2. O material a ser contratado, quantidades, especificações e os valores estimados estão descrito nos quadros abaixo:

ITEM	CÓDIGO TCE	CODIGO AGILI	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	00090203 7	129573	LICENCA PARA USO DE SOFTWARE – LICENCA PARA ACESSO A SOFTWARE E PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE ACESSIBILIDADE NA INTERMEDIACAO DA COMUNICACAO EM LIBRAS	UN	12	R\$ 17.400,24	R\$ 208.802,88
2	325553-0	129574	HORAS COBRADAS DE ACORDO COM A UTILIZAÇÃO (ESTIMATIVA DE 30HORAS)	HRs	360	R\$ 172,17	R\$ 61.981,20

2.3. Valor total estimado é de **R\$ 270.784,08 (duzentos e setenta mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oito centavos).**

2.4. ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇO:

2.4.1. Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

3. DA REFERÊNCIA DE HORÁRIO NO EDITAL E DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS:

3.1. Todas as referências de horário no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **Horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3.2. Para participação da licitação ou simples acompanhamento da mesma, o interessado deverá acessar, na internet, a página bllcompras.com, onde se encontra o link para o “Acesso Identificado”;

3.3. As propostas comerciais serão recebidas a partir das **16h00 do dia 14/04/2026 até às 09h00 do dia 05/05/2026**, (horário de Brasília) por meio do endereço www.bllcompras.com, onde se encontra o link para o “Acesso Identificado”, podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico;

3.4 As propostas serão abertas às 09h00 do dia **05/05/2026** (horário de Brasília). Mesmo horário.

3.5. O início da sessão de disputa de preços ocorrerá às 09h30 do dia **05/05/2026** (horário de Brasília). Mesmo horário.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

4.1. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico no site bllcompras.com e ou, opção “**Acesso Identificado**”, **observadas a data e horário limite estabelecido neste edital.** (Horário de Brasília).

4.2. O licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.3. Somente será admitida a participação neste certame, de pessoas jurídicas, que comprovem com documentos de registros ou autorizações legais, que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e atendam às exigências do edital e seus anexos;

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4.1. Poderão participar deste certame pessoas jurídicas que explorem ramo de atividade compatível e pertinente com o objeto desta licitação e atendam às exigências deste Edital e seus anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização aos licitantes pela realização de tais atos.

4.4.2. Será admitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.5. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

4.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.5.2. Aqueles que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, ressalvados os que tenham plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz.

4.5.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.5.4. Empresa suspensa de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Rondonópolis;

4.5.5. Empresa que esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

4.5.6. Cooperativas, exclusivamente nos casos em que o objeto do certame requer subordinação de mão de obra (Fundamentação: art. 5º da Lei 12.690/12 e acórdãos TCU 1937/03, 307/04, 1148/05);

4.5.7. Cooperativas em que seu objeto social não tem escopo com o objeto do certame. (Fundamentação: art. 10, § 2º da Lei 12.690/12).

4.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.5.9. Empresas estrangeiras que não funcionem no País.

4.5.10. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

4.5.10.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.5.11. Aquele que de forma isolada ou em consórcio, for responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

4.5.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.5.11 e 4.5.12 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.5.13. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, aplicado também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.5.14. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.5.15. Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.5.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.17. A vedação estabelecida no item anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DO CREDENCIAMENTO:

5.1. Para participação da licitação ou simples acompanhá-la, o interessado deverá acessar, na internet, a página **bilcompras.com**, onde se encontra o link para o “**Acesso Identificado**”, deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoais e intransferíveis, obtidas junto à **BLL – Bolsa de Licitações e Leilões: bilcompras.com**.

5.2. As propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação poderão ser cadastrados até **meia hora antes** do horário estabelecido no preâmbulo deste edital (**horário de Brasília**) por meio do endereço **bilcompras.com**, onde se encontra o link para o “**Acesso Identificado**”, podendo os interessados cadastrar ou substituir propostas no sistema eletrônico;

5.2.1. Eventuais **dúvidas para obtenção da senha** de acesso ou qualquer problema com o cadastramento das propostas, o licitante deverá entrar em contato com a **BLL** pelos telefones **(041) 3097-4600; 3097-4623; 3097-4646; 3148-9870** pois é de inteira responsabilidade da mesma em sanar problemas relacionados com o sistema;

5.3. A chave de identificação e senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL, devidamente justificado.

5.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT e/ou BLL, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.6. Como requisito para participação deste Pregão Eletrônico, o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema BLL, que sua proposta se encontra em conformidade com as exigências previstas e cumpre plenamente os requisitos de habilitação deste Edital, ressalvados os casos de participação de microempresa e de empresa de pequeno porte, no que concerne a regularidade fiscal e trabalhista.

5.7. Em se tratando de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da **Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, alterada pela Lei complementar 147/2014, de 07.08.2014**, para que essa possa gozar dos **benefícios previstos no capítulo V** da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento acrescentar as expressões **“Microempresa”** ou **“Empresa de Pequeno Porte”** ou suas respectivas abreviações, **“ME”** ou **“EPP”**, à sua firma ou denominação conforme o caso.

5.7.1. Caso o proponente já esteja cadastrado no Sistema e não constem os dados acima em sua firma ou denominação, deverá providenciar a alteração de seu cadastro no Sistema. Para tanto, deverá dirigir-se à **BLL**.

5.8. É vedado a qualquer credenciado representar mais de uma empresa proponente, salvo, nos casos de representação para itens/lotos distintos.

6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E CADASTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA BLL:

6.1. Não haverá possibilidade de ser apresentado preços diferentes em razão de entregas em locais diferentes, pela forma de acondicionamento até pela natureza do objeto licitado, ou em razão do tamanho do lote (artigo 82, III, da Lei 14.133/2021 e artigo 301, VIII do Decreto Municipal nº 11.685/2023).

6.1.1. Não haverá a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dele (art. 82, IV da Lei 14.133/2021 e art. 301, IX do Decreto 11.685/2023).

6.2. As propostas iniciais, bem como, todos os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados via sistema eletrônico. O cadastro da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. **As propostas deverão ser cadastradas no sistema com valor unitário do item/lote.** Ao final o próprio sistema da BLL fará a multiplicação e emitirá os relatórios com o (s) valor (es) total (s) do (s) item (s)/ lotes. Os **lances serão sempre em cima do valor unitário do item ou lote conforme o caso.**

6.3.1. A apresentação das propostas, bem como, os lances quando for o caso, demonstra que o licitante tem conhecimento do objeto, valor estimado e atendimento às exigências para habilitação, portanto, demonstra pleno conhecimento das regras previstas no Edital e seus Anexos.

6.3.2. A empresa/licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema BLL, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas iniciais cadastradas, lances, bem como, fica obrigada a cadastrar a recomposição dentro do prazo estabelecido no edital.

6.3.3. Portanto, o licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados

diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

6.4. NA PROPOSTA DE PREÇOS DEVERÁ CONTER:

6.4.1. O prazo de eficácia da proposta, o qual não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data da realização da sessão pública da licitação em epígrafe;

6.4.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, sem previsão inflacionária. Em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros, e entre os valores expressos em algarismo e por extenso, será considerado este último, e estar inclusa, toda e qualquer despesas, tais como: fretes, encargos sociais e trabalhistas, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto;

6.4.3. O Pregoeiro considerará erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não impliquem nulidade do procedimento, como sendo exigências formais e consequentemente classificará a empresa;

6.4.4. Deverá ser apresentada proposta que atenda todas as especificações do objeto solicitado, não poderão ser alteradas, sob pena de desclassificação;

6.4.5. As propostas dos itens objeto deste Edital deverão conter a indicação de marca/fabricante, validade, garantia, quantidade, modelo (quando for o caso), sendo as informações corretas, claras, precisas, ostensivas na língua portuguesa sobre suas características, qualidades, preço, garantia e origem, entre outros dados.

6.4.6. A quantidade máxima estimada dos itens que poderão ser adquiridos pelo município, aqui denominado órgão gerenciador, é a constante no Anexo Formação de Preços, tendo em vista que para este certame não haverá a possibilidade de contemplação para órgão não participante. (Art. 82, Inciso I, da Lei 14.133/2021).

6.4.7. Tendo em vista a natureza do objeto, e considerando que todas as empresas do ramo no mercado são capazes de realizar o fornecimento dos itens nas quantidades solicitadas, não será prevista a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela. (Art. 82, Inciso IV, da Lei 14.133/2021).

6.4.8. Para o presente objeto, não se aplica a previsão do art. 82, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza contínua, indivisível e de disponibilidade permanente dos serviços de interpretação em Libras prestados por plataforma digital.

6.4.9. DA PROVA DE CONCEITO (PoC):

6.4.9.1. A Prova de Conceito (PoC), cujas condições e critérios técnicos estão estabelecidos no **ANEXO VII** deste edital, integra a fase de habilitação do certame, constituindo etapa própria e obrigatória dessa fase.

6.4.9.2. A Prova de Conceito tem por finalidade comprovar, de forma prática e objetiva, a efetiva aderência das soluções ofertadas pela licitante às especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e demais anexos, bem como avaliar a plena capacidade da proponente em atender ao objeto contratual.

6.4.9.3. A participação e aprovação na Prova de Conceito são requisitos indispensáveis para a continuidade da licitante no certame. A não realização ou a reprovação nesta etapa implicará na imediata desclassificação da proposta apresentada, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei e neste edital.

6.5. DA INDICAÇÃO DE MARCA PARADIGMA:

6.5.1. Não se aplica a indicação de marca paradigma tendo em vista a natureza do insumo objeto.

7. DA ANÁLISE INICIAL NA PROPOSTA DE PREÇOS NO MOMENTO DA SESSÃO:

7.1. Na data e horário previsto no ato convocatório terá início à sessão pública, nesse momento o sistema não identifica as empresas participantes as propostas aparecem em forma de número (participante 1, 2, e assim sucessivamente, no lote seguinte o sistema alterna o número dos participantes).

7.2. O Pregoeiro após análise das propostas de preços apresentadas de forma eletrônica, desclassificará aquelas que não estiverem em consonância com as regras estabelecidas no instrumento convocatório, tais como:

7.2.1. Valores iguais a zero, erros e desvios nos preços de forma a suscitar dúvida interpretação;

7.3. A decisão sobre classificação ou desclassificação de propostas comerciais será disponibilizada no sistema eletrônico para acompanhamento em tempo real por todas as empresas licitantes.

8. DA FORMA DE DISPUTA:

8.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA ABERTO** onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

8.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens 8.2 e 8.3, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9. DA FASE DE LANCES:

9.1. Após a classificação das propostas, iniciar-se-á a fase de lances, na qual os autores das propostas classificadas pelo Pregoeiro poderão **oferecer lances**, obrigatoriamente por meio do sistema eletrônico, sem restrições de quantidade de lances ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica, mas sempre inferior ao último lance ofertado.

9.2. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

9.3. No caso de desconexão do sistema com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, os quais continuarão sendo registrados, retornando a conexão o Pregoeiro dará continuidade ao certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.4. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes por meio do próprio sistema. Ficando o licitante responsável pelo acompanhamento.

9.5. Durante o transcurso da sessão de lances, os participantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado.

9.5.1. Nesse momento o sistema ainda não identifica as empresas participantes as propostas continuam aparecendo em forma de número (participante 1, 2, 3 e assim sucessivamente, no lote seguinte o sistema alterna o número dos participantes).

9.6. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

9.7. Quando houver um único licitante ou uma única proposta válida, caberá ao Pregoeiro verificar a aceitabilidade do valor ofertado com base no valor de referência levantado pelas secretarias solicitantes.

9.8. Na hipótese de haver lances ou propostas iguais prevalecerão como de menor valor o lance que tiver sido primeiramente registrado.

9.9. Nesse momento após o encerramento da etapa de lances do item ou lote conforme o caso, o sistema informará a proposta de menor valor, identificando as empresas participantes pela razão social, verificará e classificará a licitante que se enquadrar como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

9.10. Após a disputa final, no caso de empate entre duas ou mais propostas, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação, nesse caso, os critérios de desempate são os previstos no art. 60 da Lei 14.133/21.

9.10.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.10.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10.3. As regras previstas no (item 9.10) acima mencionado não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (Conforme art. 60 da Lei 14.133/21, § 2º).

9.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.12. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.13. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.14. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10. DO JULGAMENTO DA(S) PROPOSTA(S) DE PREÇOS APÓS A CLASSIFICAÇÃO FINAL:

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#) legislação correlata, e descrição contida neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. Casos não se realizem lances serão verificados a conformidade entre a proposta de menor valor e o valor estimado da contratação, podendo o Pregoeiro negociar com o licitante afim de conseguir menor preço.

10.2. Da aceitabilidade da proposta melhor classificada, não será aceita a proposta ou melhor lance classificado cujo preço seja acima do valor estimado pela Secretaria solicitante ou quando este for manifestamente inexequível.

10.2.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se

referirem a materiais e serviços de instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do **caput** do artigo 59 da Lei 14.133/2021.

10.4. Poderá convocar o licitante para enviar planilhas de custo readequadas com o valor final por ele ofertado, nesse sentido, todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida, sob pena de não aceitação da proposta.

10.5. O Pregoeiro auxiliado pela equipe técnica analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles descritos no termo de referência.

10.6. Se a oferta da primeira classificada não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, será examinada a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

11. DO ENVIO DAS PROPOSTAS REALINHADAS APÓS CONHECIDA A EMPRESA VENCEDORA:

11.1. Após a realização da sessão pública a licitante vencedora da etapa de lances e habilitada na fase de documentos no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados do encerramento da sessão, deverá cadastrar a **Proposta de Preços Realinhada na plataforma BLL**, bem como, encaminha-la devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da empresa. (**Endereço eletrônico e-mail: pmrroo@hotmail.com**).

11.1.1. Caso o licitante venha a ser classificado em razão da desclassificação do(s) primeiro(s) colocado(s), este também terá 02 (duas) horas a partir da data da comunicação de sua classificação para efetuar a recomposição de preços.

11.2. A proposta de preços realinhada deverá ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

11.3. Embora o critério de julgamento da proposta seja pelo menor preço por lote, deve haver a discriminação do valor de cada item que o compõe, em conformidade com o valor de referência, de forma que nenhum item fique com valor acima do valor estimado.

11.4. Não serão aceitas propostas com valores unitários e totais com mais de duas casas decimais. Caso ocorra o valor deverá ser arredondado para menor.

11.5. Verificada a existência de itens distribuídos em lotes distintos que possuam **mesma descrição, especificações técnicas e identidade de objeto**, considera-se que tais itens são equivalentes para todos os efeitos deste Edital.

12. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

12.1. Considerando que o valor estimado global do certame é de R\$ 270.784,08, **superior ao limite** de R\$ 80.000,00 previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o certame será realizado com participação ampla, não se aplicando a exclusividade ou reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, permanecendo assegurado o direito de preferência como critério de desempate, nos termos dos arts. 44 e 45 da referida Lei Complementar.

12.2. Portanto, os lotes serão para participação ampla, porém, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (MPEs), obedecendo-se o procedimento de julgamento das propostas descrito neste edital.

12.3. Não obstante a participação ampla, será assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte o **direito de preferência como critério de desempate**, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, observando-se o procedimento de julgamento das propostas estabelecido neste Edital.

12.4. Aplica-se às cooperativas os benefícios da LC 123/2006 com base no artigo 34 da lei 11.488/2007.

13. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO:

13.1. Os documentos exigidos do (s) vencedor (es) para habilitação, deverão ser anexados exclusivamente na plataforma da BLL, em até 2 (duas) horas após o encerramento da sessão (art. 62 a 70 da Lei 14.133/21):

13.2 A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA CONSISTE EM:

13.2.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI

13.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

13.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

13.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.2.5. Cópia do documento de Identidade e CPF dos Representantes Legais da empresa; sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

13.3. DA COMPROVAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO:

13.3.1. Alvará de Localização e Funcionamento, apenas para fins de verificação. Sem caráter obrigatório de habilitação (Decisão Singular nº 765/2020 – TCE/MT).

13.4. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECOCÔMICA-FINANCEIRA CONSISTE EM:

13.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da licitante em plena validade, entregue no original, se houver determinação nesse sentido, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data do certame;

13.4.1.1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente e apresentada certidão emitida pelo juízo da recuperação, que ateste a aptidão econômica e financeira para o certame.

13.4.1.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente na forma do art.58, da Lei 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.5. A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA CONSISTE EM:

13.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

13.5.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

13.5.3. Certidão Negativa de Débitos expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às

Contribuições Sociais previstas nas alíneas “a”, “b”, e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

13.5.4. Certidão Negativa de Débitos Fiscal com a Fazenda Estadual, emitida pela Agência Fazendária da Secretaria de estado de fazenda do respectivo domicílio tributário;

13.5.5. Certidão Negativa de Débitos referentes aos tributos municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças do respectivo domicílio tributário;

13.5.6. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (CRF/FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

13.5.7. Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT), perante a Justiça do Trabalho, redação dada pela Lei nº 12.440/2011. (Obtida através do site: www.tst.jus.br).

Observação: As microempresas, empresas de pequeno porte, e as sociedades cooperativas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que está presente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Art. 43, §1º LC 123/2006).

b) A prorrogação do prazo prevista na alínea “a”, poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

c) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a”, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

13.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

13.6.1. A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares/equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de 01 ou mais certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

13.6.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

13.6.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.7. DAS COMPROVAÇÕES COMPLEMENTARES ESPECIAIS:

13.7.1. O LICITANTE DEVERÁ DECLARAR, QUE:

13.7.1.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

13.7.1.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal, bem como, no artigo 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;

13.7.1.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

13.7.1.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

13.7.1.5. Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, conforme art. 1, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.7.1.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.7.1.7. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda que, cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.7.1.8. Que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;

13.7.1.9. O declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, sujeitando-se às sanções previstas na forma da lei, e neste Edital.

NOTA: AS COMPROVAÇÕES CONTIDAS NO ITEM 13.8. A CRITÉRIO DO LICITANTE PODERÃO SEREM APRESENTADAS EM UMA ÚNICA FOLHA, CONFORME MODELO SUGERIDO NO ANEXO V.

13.8. DA REALIZAÇÃO DE CONSULTA EM NOME DA LICITANTE E TAMBÉM DE EVENTUAL MATRIZ OU FILIAL E DE SEUS SÓCIOS JUNTO AO:

13.8.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

13.8.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

13.8.3. No caso dos licitantes Pessoa Jurídica as consultas acima poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

13.8.4. Cadastro de Empresas Inidôneas e de Pessoas Suspensas de contratar com a Administração Pública do TCE/MT, no endereço eletrônico <https://jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/477>.

13.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo:

13.9.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

13.9.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

13.10. Os documentos apresentados para habilitação sem disposição expressa do órgão expedidor quanto a sua validade, terão o **prazo de vencimento de 60 (sessenta) dias** contados a partir de sua data de emissão a data da sessão pública;

13.11. Poderá ser declarado qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive, estabelecer um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis para a solução;

13.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

13.13. Constatando, por meio de diligência, o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada e prosseguirá a sessão;

13.14. Os atos e os documentos para habilitação, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas. (Conf. Decreto 10.024 /2019, Art. 8º, § 1º);

13.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#));

13.16. O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

14. DO ENVIO DE DOCUMENTOS COMPLEMENTARES QUANDO FOR O CASO:

14.1. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema BLL, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro;

14.1.1. Os documentos complementares a serem apresentados não poderão ser os já exigidos no edital para fins de habilitação, não se trata de uma segunda oportunidade para envio de documentos de habilitação. A diligência em questão permite, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação dos já apresentados (quando houver dúvida sobre integridade de documentos, cópia de contrato de prestação de serviços que tenha embasado a emissão de atestado de capacidade técnica, já apresentados).

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

15.1. Não havendo recurso e constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto pela autoridade competente.

15.2. Havendo recurso, e mantida a decisão do(a) pregoeiro(a), a autoridade competente, após deliberar sobre o mesmo e constatada a regularidade dos atos procedimentais, poderá adjudicar o objeto à licitante vencedora e homologar o processo licitatório.

15.3. Encerrada a etapa de recurso o(a) pregoeiro(a) encaminhará os autos do processo para a autoridade competente, para adjudicação e homologação do procedimento licitatório, observadas, no que couber, as disposições do [art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

16.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante melhor classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021;

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento;

16.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante melhor classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

16.3.1. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

16.3.1. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração;

16.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços;

16.5. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens/lotos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns)/lotos, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições;

16.6. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no DIORONDON e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

16.7. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada;

16.8. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

16.9. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens/lotos constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns)/lotos, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.10. Nos termos do art. 303, §2º-A do Decreto Municipal nº 11.685/2023, fica autorizada a renovação do quantitativo originalmente registrado, desde que seja comprovado que os preços permanecem vantajosos e haja anuência expressa do fornecedor registrado.

16.11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

16.11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

16.11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

16.11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata;

16.11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado;

16.11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original;

16.11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

16.11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços;

16.11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

16.11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.12. DA MOTIVAÇÃO PARA NÃO ADESÃO A ARP ("CARONA"):

16.12.1. Por falta de justificativa ou motivação por parte das unidades demandantes a cláusula foi excluída, conforme orientação do TCU: "A inserção de cláusula em edital licitatório prevendo a possibilidade de adesão a ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação ("carona") exige justificativa específica, lastreada em estudo técnico referente ao objeto licitado e devidamente registrada no documento de planejamento da contratação." (Acórdão 311/2018-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS).

16.12.2. Fica vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital; (Art.82 Inciso VIII, Lei 14.133/2021)

17. DOS RECURSOS SOBRE PROPOSTA, HABILITAÇÃO OU INABILITAÇÃO DE LICITANTES:

17.1. Ao final da sessão **Declarado o(s) Vencedor(es)**, qualquer licitante poderá, durante o **prazo de 60 (sessenta) minutos**, de forma imediata, em campo próprio no sítio eletrônico bllcompras.com, manifestar sua intenção de recorrer, impugnando o julgamento da(s) proposta(s) ou o ato de habilitação ou inabilitação do(s) licitante(s), sob pena de preclusão desse direito;

17.1.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

17.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante nos termos do disposto no **item 16.1**, importará na decadência do direito de recurso, e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

17.3. Só será acatado o recurso em memorial descritivo, a mensagem postada no site só servirá para efeito de manifestação de intenção de recorrer.

17.4. A alegação apresentada no memorial do recurso deverá relacionar-se com as razões indicadas pela licitante no momento da sessão pública, sob pena de não ser conhecido o recurso.

17.5. O prazo para apresentação das razões recursais será de 3 (três) dias úteis, contados da data de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou da intimação conforme o caso;

17.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7. Os recursos e contrarrazões ao recurso deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio no sítio eletrônico bllcompras.com;

17.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;

17.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico bllcompras.com;

17.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

17.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;

17.12. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18. DA FORMA PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO:

18.1. A execução do objeto dar-se-á por meio da prestação contínua e remota dos serviços de intermediação, tradução e interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), por intermédio de plataforma digital especializada, operada pela contratada, com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), conforme as demandas da Administração, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

18.2. A Contratada deverá iniciar a execução dos serviços no **prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Contratante, prazo no qual deverá implantar e disponibilizar integralmente a plataforma tecnológica e demais funcionalidades previstas neste Termo de Referência.

18.2.1. A utilização dos serviços ocorrerá de forma futura e eventual, mediante acionamento sob demanda ou por agendamento prévio, não gerando obrigação de consumo mínimo, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021

18.3. Os atendimentos poderão ser realizados a partir de unidades administrativas, canais digitais, eventos institucionais, reuniões, audiências e demais ambientes de interação da Administração, conforme fluxos operacionais definidos no Termo de Referência.

18.4. Caberá à contratada o planejamento, a organização e a gestão da capacidade operacional, incluindo o dimensionamento adequado da equipe de intérpretes, a gestão de escalas, o monitoramento dos indicadores de desempenho e a adoção de medidas preventivas e corretivas para assegurar a regularidade, a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.

18.5. Os atendimentos poderão ser originados a partir de diferentes canais e ambientes de interação da Contratante, incluindo, mas não se limitando a:

- I – unidades administrativas, equipamentos públicos e pontos de atendimento presencial;
- II – canais digitais, como website institucional, aplicativos móveis, SAC, centrais telefônicas e outros meios eletrônicos disponibilizados;
- III – eventos, reuniões, audiências e atendimentos virtuais previamente agendados por meio do Painel de Gestão.

18.6. O acesso à Central de Intermediação em Libras deverá possibilitar, no mínimo, os seguintes fluxos operacionais:

- I – acesso por link web disponibilizado pela Contratante;
- II – acesso por QR Code, sem obrigatoriedade de instalação de aplicativo, quando tecnicamente viável;
- III – acionamento por usuários ouvintes para intermediação da comunicação com pessoas surdas previamente cadastradas;
- IV – atendimento vinculado a eventos, compromissos institucionais e agendas previamente programadas.

18.7. Caberá à Contratada o planejamento, a organização e a gestão da capacidade operacional necessária à execução dos serviços, incluindo:

- I – dimensionamento adequado da equipe de intérpretes;
- II – gestão de escalas e turnos;
- III – monitoramento contínuo dos indicadores de desempenho e níveis de serviço;
- IV – adoção de medidas preventivas e corretivas para assegurar a regularidade, a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.

18.8. A Contratada deverá disponibilizar suporte técnico durante toda a execução dos serviços, bem como fornecer relatórios gerenciais e analíticos que permitam:

- I – o acompanhamento da utilização da Ata de Registro de Preços;
- II – a aferição da qualidade e da eficiência dos serviços prestados;
- III – o subsídio às atividades de fiscalização e gestão contratual.

18.9. Como parte integrante da execução do objeto, a Contratada deverá prever treinamento em língua portuguesa, de caráter orientativo, destinado à capacitação dos usuários ouvintes da Contratante, visando assegurar a correta utilização da plataforma, a adequada interação com os serviços de intermediação em Libras e a efetividade da prestação contratual.

18.9.1. O treinamento referido no item anterior deverá ser disponibilizado por meio de conteúdos audiovisuais ou outros recursos tecnológicos equivalentes, cujos materiais deverão observar padrão de qualidade compatível com as melhores práticas de mercado, podendo ser atualizados sempre que necessário, de acordo com a evolução da solução tecnológica ou com as necessidades operacionais da Contratante.

18.10. A fiscalização da execução dos serviços ficará a cargo da Contratante, por intermédio de servidores formalmente designados como gestor e fiscais, nos termos dos arts. 7º, 117 e 169 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes:

- I – acompanhar e avaliar a execução dos serviços;
- II – verificar o cumprimento das condições pactuadas e dos níveis de serviço;
- III – registrar ocorrências e não conformidades em relatórios próprios;
- IV – comunicar à CONTRATADA eventuais falhas e exigir as providências corretivas cabíveis;
- V – propor a aplicação de sanções administrativas, quando for o caso.

18.11. Constatada a prestação de serviços em desacordo com as especificações, padrões de qualidade ou níveis de serviço estabelecidos, a Contratada será formalmente notificada para correção das não conformidades, sem ônus para a Administração, no prazo definido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

18.12. Do Recebimento dos Serviços:

18.12.1. O recebimento provisório dos serviços será realizado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da implantação e disponibilização inicial da plataforma, mediante verificação preliminar, pela fiscalização do contrato, quanto ao funcionamento do sistema, à disponibilidade do serviço em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana) e ao atendimento mínimo das especificações técnicas previstas no Termo de Referência, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

18.12.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da plena conformidade da execução dos serviços com as disposições contratuais, validação dos relatórios iniciais de operação e confirmação da estabilidade e regularidade do serviço, sendo formalizado por meio de termo próprio, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

18.12.3. Após o recebimento definitivo, a execução contratual será acompanhada por medições mensais, cujo atesto pela fiscalização ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do período de referência, constituindo condição indispensável para a liquidação da despesa e o respectivo pagamento.

18.12.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade civil, técnica, ética e profissional da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços durante toda a vigência contratual, nem impede a apuração de falhas, vícios ou irregularidades, bem como a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do contrato.

19. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Classificação Orçamentária da Despesa 2026	
Órgão:	02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis
Unidade:	013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional Programática:	08.122.2207.2079- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Elemento de Despesa:	3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Reduzido:	431
Valor	R\$ 270.784,08
Fonte de Recurso Municipal:	1.500.0000000

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Constituem obrigações da Contratante, além das demais previstas no Termo Referencial:

20.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, efetuando os pagamentos de acordo com as cláusulas do contrato;

20.2. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao efetivo cumprimento do objeto contratado;

20.3. Notificar formalmente a contratada sobre ocorrências de irregularidades, atrasos ou inconformidades na execução do contrato, concedendo prazo razoável para correção.

20.4. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

20.5. Acompanhar a entrega dos serviços efetuados pela Contratada, podendo intervir durante a sua entrega/prestação, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento;

20.6. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente que designará um representante para esse fim de fiscal do contrato, podendo, em decorrência, solicitar providências da Contratada, que atenderá ou justificará de imediato, e de tudo dará ciência à Prefeitura Municipal de Rondonópolis, em conformidade com o Artigo 6º, XXIII da Lei de Licitações 14.133/2021 e o Decreto Municipal 11.685/2023;

20.8. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento; Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues e ou prestados em desacordo com o contrato;

20.9. Fornecer em qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

20.10. Efetuar o pagamento das despesas autorizadas e atestadas dentro do prazo contratual, desde que cumpridas todas as obrigações legais e contratuais por parte da contratada.

20.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

20.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 30 dias.

20.13. Garantir que nenhuma taxa administrativa incida sobre o Município, sendo vedado à contratada repassar custos relacionados ao sistema, gestão ou credenciamento de fornecedores ao ente público.

20.14. Fornecer à contratada, de forma clara e tempestiva, as autorizações necessárias à execução do objeto, incluindo detalhes de serviços, unidades de atendimento e fluxos de encaminhamento.

20.15. Garantir à contratada as condições necessárias para a execução dos serviços nos locais indicados, incluindo acesso às unidades e presença de servidor responsável pela fiscalização.

20.16. Acompanhar e controlar a efetiva aplicação dos serviços, garantindo a conformidade com as diretrizes da política pública de assistência social e com a legislação vigente.

20.17. Fornecer, quando necessário, esclarecimentos, orientações e documentos complementares à contratada, relacionados ao objeto e à execução contratual.

20.18. Atestar as notas fiscais somente após a verificação da execução satisfatória dos serviços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas no Termo Referencial:

21.1. Cumprir o objeto da aquisição/contratação, entregando os bens/serviços especificados conforme disposições contidas no Termo Referencial, e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

21.2. Cumprir todas as Leis e Posturas Federais, Estaduais e Municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

21.3. Assumir, com exclusividade, todos os tributos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da aquisição/contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, configuração, despesas com pessoal e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela Contratante;

21.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da aquisição/contratação;

21.5. Responder perante a Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à sua execução;

21.6. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante;

21.7. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento da aquisição/contratação;

21.8. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

21.9. Comunicar a Prefeitura Municipal de Rondonópolis, qualquer alteração às condições em que se encontrava no momento da aquisição/contratação do objeto, tais como: endereço, telefone, e-mail, dados bancários, responsável pela empresa, entre outras informações relevantes;

21.10. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante por ela indicada, tenham acesso a todos os documentos fiscais e contábeis que digam respeito aos bens/serviços fornecidos/entregues/prestados à Contratante;

21.11. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos bens/serviços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

21.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na

legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015 (art. 116 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

21.13. Disponibilizar, operar e manter, às suas expensas, toda a infraestrutura necessária à execução dos serviços, compreendendo recursos humanos, tecnológicos, de software, hardware, conectividade e telecomunicações, assegurando funcionamento ininterrupto da plataforma em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

21.14. Manter equipe de tradutores e intérpretes de Libras–Português devidamente qualificados, habilitados e certificados, em quantitativo compatível com a demanda da CONTRATANTE, garantindo padrões adequados de qualidade, urbanidade, ética profissional e respeito aos usuários.

21.15. Assegurar a confidencialidade, o sigilo e a integridade das informações tratadas durante a execução dos serviços, bem como a proteção dos dados pessoais envolvidos, observando rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

21.16. Prover suporte técnico e operacional contínuo à CONTRATANTE, por meio de Service Desk ou ferramenta equivalente, para registro, acompanhamento e solução de incidentes, problemas, solicitações e mudanças, em prazos compatíveis com a criticidade de cada ocorrência e com os níveis de serviço pactuados.

21.17. Disponibilizar Painel de Gestão com acesso exclusivo à CONTRATANTE, assegurando a integridade, a atualidade, a rastreabilidade e a fidedignidade das informações, relatórios gerenciais e indicadores de desempenho relativos à execução dos serviços.

21.18. Fornecer relatórios técnicos, operacionais e gerenciais, conforme periodicidade definida, contendo, no mínimo, informações sobre volume de atendimentos, tempo de utilização, canais de acesso, indicadores de qualidade e níveis de serviço.

21.19. Colaborar com ações de fiscalização, auditorias, inspeções, testes e avaliações eventualmente realizados pela CONTRATANTE ou por órgãos de controle, fornecendo, quando solicitado, as informações e acessos estritamente necessários

21.20. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

21.22. Assegurar que o acesso à plataforma digital de intermediação, tradução e interpretação em Libras ocorra por meio de internet patrocinada (billing reverso), de modo que o usuário final não necessite dispor de pacote de dados próprio, conexão Wi-Fi ou qualquer outro meio de acesso custeado pela Administração ou pelo usuário, garantindo o uso irrestrito do serviço.

21.23. Ser integralmente responsável pela infraestrutura tecnológica, pelos custos de conectividade, pelo tráfego de dados e por quaisquer encargos necessários à plena operacionalização da internet patrocinada, não podendo tais custos ser repassados, direta ou indiretamente, à Administração ou aos usuários do serviço.

22. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

22.1. A aplicação de penalidade é de competência da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Municipal, ressalvado o caso de Advertência;

22.2. A Contratada ficará sujeita as seguintes penalidades, caso deixar de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas, observado o contraditório e ampla defesa nos termos do artigo 6º, XXIII da Lei de Licitações 14.133/2021 e o Decreto Municipal 11.685/2023;

22.3. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e art. 201 do Decreto Municipal nº 11.685/2023, a Licitante/Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo justificativa superveniente;

- f) não celebrar o contrato ou não entregar documentação para contratação quando convocada;
- g) ensejar retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou na execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução contratual;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar a licitação;
- l) praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

22.4. Das Sanções Aplicáveis:

22.4.1. Serão aplicadas à Licitante/Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 202 do [Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023](#));

II - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 203 do [Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023](#));

III - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 204 do [Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023](#));

22.4.2. Multa de Mora: A multa de mora será aplicada pelo gestor do contrato e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

I – 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 10 (dez) dias, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos do art. 206 do Decreto Municipal nº 11.685/2023.

II – O atraso superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar inadimplemento, ensejando continuidade da multa ou rescisão contratual.

III – O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a extinção do contrato, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

22.4.3. Multa Compensatória: A multa compensatória será aplicada pelo gestor do contrato e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

I – 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato nos casos de inexecução total;

II – 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente quando houver inexecução parcial ou fornecimento em qualidade inferior, sem prejuízo da reposição.

22.5. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

22.6. O valor das multas aplicadas serão sempre deduzidas do pagamento da Nota Fiscal ou em caso de ausência de saldo a receber, deverá ser cobrado judicialmente;

22.7. As ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão anotadas pelo fiscal do contrato nos moldes do artigo 6º, XXIII da Lei de Licitações 14.133/2021 e o Decreto Municipal 11.685/2023;

22.8. As multas previstas não têm caráter compensatório e, consequentemente, o pagamento delas não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à administração.

22.9. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

22.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração Pública à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

22.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 207 do [Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

22.13. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

23. GESTÃO DE CONTRATO E FISCALIZAÇÃO:

23.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos, condições de conclusão e a entrega estão indicados nos itens VIII desse Termo de Referência.

23.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

23.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (a) fiscal do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos (as) substitutos (as).

23.4. Os (As) gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados (as), através de Portaria geral ou específica, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os (as) titulares e substitutos.

23.5. Não obstante a (s) Contratada (s) seja (m) a (s) única (s) e exclusiva (s) responsável (is) pela execução do contrato, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.

23.6. O (A) Fiscal do Contrato é o agente público responsável por aplicar as ações estabelecidas sempre que for preciso e desempenhar com eficiência e zelo todas as atribuições a ele (ela) incumbidas na legislação aplicável, em especial aquelas indicadas na subseção V do Decreto Municipal nº 11.685/2023.

23.7. Conforme o artigo 7º da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 8º do Decreto nº 11.246/2022, devendo a Administração Pública instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

23.8. O (A) fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

24. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

24.1. A execução dos serviços será medida e atestada mensalmente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com base nos relatórios extraídos do Painel de Gestão da plataforma, bem como em eventuais informações complementares solicitadas à CONTRATADA, mediante Relatório contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências verificadas no período de referência.

24.1.1. Para fins de medição, deverão ser considerados, no mínimo:

I – a disponibilidade da plataforma em regime de funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana);

II – o quantitativo de atendimentos realizados no período de referência;

III – o tempo efetivo de utilização dos serviços de interpretação em LIBRAS;

IV – o cumprimento dos níveis mínimos de serviço (SLAs) estabelecidos no contrato;

V – a regularidade operacional e a inexistência de falhas que comprometam a acessibilidade comunicacional.

24.1.2. As faturas deverão ser acompanhadas dos relatórios detalhados de utilização e dos demais documentos que o fiscal do contrato julgar necessários à adequada verificação da execução contratual.

24.1.3. A fiscalização notificará a CONTRATADA para, se for o caso, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, impugnar os apontamentos do Relatório ou promover a regularização da documentação apresentada, inclusive quanto à emissão da Nota Fiscal/Fatura no valor apurado.

24.1.4. Verificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, a Administração indicará as cláusulas contratuais pertinentes e solicitará à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

24.1.5. Poderão ser aplicados mecanismos de glosa ou descontos proporcionais, previamente definidos no contrato, nos casos de descumprimento dos níveis de serviço pactuados, observado o contraditório e a ampla defesa.

24.2. Pelo fiel e perfeito cumprimento do objeto desta licitação, o Município de Rondonópolis-MT pagará à CONTRATADA os valores apurados em medição, em Reais (R\$), observadas as condições previstas no Termo de Referência, no contrato e na Ata de Registro de Preços.

24.2.1. A remuneração observará o modelo definido no contrato e na Ata de Registro de Preços, podendo compreender:

I – parcela fixa, destinada a cobrir os custos de infraestrutura, disponibilidade da plataforma, gestão operacional e suporte técnico;

II – parcela variável, correspondente à efetiva utilização dos serviços de interpretação em LIBRAS, conforme volumetria apurada nos relatórios de medição.

24.3. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes à execução do objeto, tais como salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas, comerciais, materiais, conectividade, telecomunicações, suporte técnico, infraestrutura tecnológica, equipe operacional e demais despesas necessárias à plena execução dos serviços contratados.

24.4. O pagamento será realizado conforme o Termo de Referência e o contrato, devendo ainda atender aos termos do art. 60 da Lei federal n.º 4.320, de 17/03/1964, em até 30 (trinta) dias contados da conclusão da liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável da CONTRATANTE, acompanhada dos documentos exigidos pela legislação vigente, por meio de boleto ou transferência bancária em conta jurídica de titularidade da empresa contratada.

24.5. A Nota Fiscal deverá conter atesto firmado pelo servidor encarregado da fiscalização do contrato, comprovando a regular execução dos serviços no período correspondente.

24.6. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal o número do contrato, o mês de referência, a descrição dos serviços executados, bem como o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser efetuado o pagamento por ordem bancária.

24.7. O prazo para liquidação da despesa será de 15 (quinze) dias úteis.

24.7.1. Para fins de liquidação, o setor competente verificará:

I – a regularidade da execução dos serviços no período faturado;

II – a conformidade da nota fiscal com o contrato e com a medição realizada;

III – a comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

24.7.2. Constatada qualquer irregularidade ou impedimento à liquidação, esta será suspensa até a regularização da pendência pela CONTRATADA, reiniciando-se o prazo após a devida correção, sem ônus à Administração.

24.8. O Município de Rondonópolis efetuará o pagamento por meio de ordem bancária, junto ao banco ou cooperativa informados na Nota Fiscal.

24.9. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, nos relatórios de medição ou em qualquer outro documento necessário à liquidação, bem como outra circunstância que desaconselhe o pagamento, o prazo previsto no item 24.4 fluirá a partir da respectiva regularização, sem ônus para a Administração.

24.10. As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA.

24.11. O pagamento efetuado não isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades vinculadas à execução do objeto, especialmente àquelas relacionadas à qualidade, continuidade, regularidade e adequada prestação dos serviços.

24.12. O pagamento a ser efetuado ficará condicionado à apresentação, pela empresa, dos comprovantes de regularidade das obrigações para com o INSS, FGTS e demais certidões exigidas na legislação vigente, referentes ao período aplicável.

24.13. As Notas Fiscais deverão ser emitidas até o dia 25 de cada mês, conforme disposto no artigo 3º, §1º, da Instrução Normativa n.º 03/2008, devendo constar o número do processo, o número da modalidade licitatória e a Secretaria solicitante.

24.14. O Município de Rondonópolis-MT somente autorizará a realização do pagamento mediante o necessário atesto dos serviços executados, pela fiscalização competente, na forma prevista no Termo de Referência e no contrato.

24.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

24.16. Após 30 (trinta) dias da data em que deveria ter sido efetuado o pagamento, incidirá sobre o valor devido atualização monetária com base no índice previsto contratualmente, observada a legislação aplicável.

25. DO PRAZO DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO (INCISO I DO DECRETO MUNICIPAL 11.685/2023):

25.1. O objeto da presente licitação caracteriza-se como serviço de natureza contínua, sendo o contrato decorrente deste certame firmado com prazo inicial de 12 (doze) meses, contado na forma prevista na minuta contratual.

25.1.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado ele será constituído em mora (sem prejuízo da aplicação das respectivas sanções administrativas) e a Administração poderá optar pela extinção do contrato ocasião em que adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual. Conforme estabelece o parágrafo único do 111 da Lei 14.133/2021).

25.2. O prazo inicial poderá ser prorrogado de forma sucessiva, a critério da Administração, mediante justificativa formal, desde que demonstrados o interesse público, a manutenção das condições inicialmente pactuadas e a vantajosidade da prorrogação.

25.3. As prorrogações observarão o limite máximo de 5 (cinco) anos, incluídas as prorrogações, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

26. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

26.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

26.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

26.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada: (a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e (b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

26.4. O presente termo de contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no rol do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa e respeitados os procedimentos descritos no Decreto Municipal nº 11.685/2023 e nas demais legislações aplicáveis.

26.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei 14.133/2021.

26.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

26.4.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

26.5. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

26.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

27. DO REAJUSTAMENTO, REPACTUAÇÃO, REVISÃO, SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS:

27.1 DO CRITÉRIO DE REAJUSTE:

27.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

27.1.1.1. Considera-se preço registrado aquele atribuído ao produto, incluindo todas as despesas tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da Ata na execução da mesma.

27.1.2. Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), sendo que sempre será utilizado o índice de menor percentual, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

27.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27.1.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) os índices definitivos.

27.1.5. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

27.1.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

27.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. O reajuste será realizado por apostilamento.

27.1.8. Os preços contratados serão reajustados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

27.1.9. Na hipótese de prorrogação da ata de registro de preços, os preços registrados serão atualizados conforme índice previsto em edital, a contar do início de sua vigência.

27.1.10. Para fins de pagamento, será considerado o preço vigente na data do pedido.

27.2. DA REVISÃO:

27.2.1. Os preços registrados poderão ser revisados para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro quando, por motivo superveniente, restarem inviáveis de serem praticados em razão de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

27.2.2. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

27.2.3. O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

27.2.4. Nos casos em que a majoração do preço for pleiteada pela DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR analisará a solicitação de revisão do preço registrado a partir da fundamentação e do conjunto probatório apresentados, em cotejo com pesquisa de mercado atualizada e diligências que se mostrem necessárias para avaliação do pedido, mantendo a economia obtida no procedimento licitatório.

27.2.5. Após 30 (trinta) dias do aceite do requerimento de revisão pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, e sem manifestação conclusiva deste, poderá a DETENTORA comunicar formalmente ao ÓRGÃO GERENCIADOR a recusa de novos pedidos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

27.2.6. Durante este prazo de 30 dias, a DETENTORA fica obrigado a manter as condições pactuadas quando da assinatura da ata.

27.2.7. Ocorrendo umas das hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021, poderá haver a repactuação, reajuste, revisão ou realinhamento, onde deverão ser precedidos de demonstração analítica do aumento dos custos, bem como análise Técnico Contábil do setor Financeiro e Jurídica da Assessoria Jurídica deste Município.

27.2.7.1. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até 30 (trinta) úteis dias prorrogáveis por igual período. (Art. 92 Inciso X da Lei 14.133/2021).

27.2.7.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 30 (trinta) úteis dias prorrogáveis por igual período. (Art. 92 Inciso XI da Lei 14.133/2021).

27.2.8. A atualização monetária em razão do processo inflacionário e da desvalorização da moeda, será calculada desde a data em que deveria ser efetuado o pagamento da fatura de determinada parcela do contrato até seu pagamento efetivo. Após 30 (trinta) dias da data em que deveria ser efetuado o pagamento

das faturas, incidirá sobre o valor faturado atualização monetária com base no Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), sendo que sempre será utilizado o índice de menor percentual. (Art. 178 do Decreto n.11.685/2023.)

28. DA GARANTIA DO OBJETO:

28.1. O prazo de garantia mínima do objeto será de 12 meses, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica.” (Lei 14.133/2021 artigo 92 – inciso XIII).

28.1. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO:

28.1.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pois o pagamento será efetuado somente após a execução do serviço e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal de contrato.

29. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

29.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido exclusivamente na plataforma eletrônica **blcompras.com** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. (Art. 164 da Lei 14.133, de 2021).

29.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no **site blcompras.com**, no campo “**DOCUMENTOS**”, no link correspondente a este Edital, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

29.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.3.1. A contagem dos prazos para impugnar ou solicitar esclarecimento ao edital se dará da seguinte forma: o referido prazo será contado de trás para a frente, o dia do início será o da sessão pública, portanto, exclui-se da contagem, e inclui-se o dia do vencimento. Exemplo: em uma licitação marcada para sexta-feira o dia do vencimento será na terça feira, considerando uma semana de expediente na Administração.

29.3.2. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos solicitados fora do prazo estabelecido neste edital não serão reconhecidos.

29.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

29.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

29.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

29.7. A impugnação não impede a impugnante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

29.8. Ocorrendo a impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena em conformidade com a legislação vigente.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

30.1. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

31.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.3. A sessão pública poderá ser suspensa, por prazo a ser definido na própria sessão, para a análise prévia proposta ou de documento exigidos para habilitação que se fizer necessário.

30.3.1. Todos e quaisquer avisos pertinentes ao certame, **adendos, esclarecimentos, impugnações**, farão parte do instrumento convocatório, suspensão em decorrência de horário de expediente ou fatos supervenientes, serão postados no chat e/ou anexados no campo "**DOCUMENTO**" no sistema **blcompras.com**, sendo de inteira responsabilidade o acompanhamento por parte do licitante. Não podendo o licitante alegar desconhecimento da informação, sob pena de decair seus direitos.

30.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

30.5. Os licitantes deverão examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e em seus Anexos, pois a simples apresentação das propostas subentende a aceitação incondicional de seus termos, independentemente de transcrição, não sendo aceitas quaisquer alegações de desconhecimento de qualquer pormenor.

30.6. É facultada ao Pregoeiro ou autoridade superior em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

30.7. A Autoridade competente poderá cancelar a licitação por fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

30.7.1. A anulação do procedimento licitatório induz a anulação do contrato.

30.7.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento das obrigações.

30.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.9. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.10. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento no **site blcompras.com** quanto a sua classificação/desclassificação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância e cumprimento do prazo.

30.11. Quaisquer cláusulas deste edital que não seja cumprido, caberá ao pregoeiro a decisão sobre a desclassificação do licitante, em razão dos danos causados ao processo.

30.12. O Edital está disponível, na íntegra, **nos endereços eletrônico** <https://blcompras.com>; www.rondonopolis.mt.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos em dias úteis, no endereço e horário indicado no preâmbulo deste edital; no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.13. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Rondonópolis, por mais privilegiado que outro seja.

31. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

31.1. ANEXO I – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

31.2. ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO;

31.3. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

31.4. ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÕES (HABILITAÇÃO);

31.5. ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO (PARA ME E EPP);

31.6. ANEXO VI – TERMO DE REFERÊNCIA;

31.7. ANEXO VII – PROVA DE CONCEITO (PoC).

Rondonópolis-MT, 13 de abril de 2026.

RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA
Superintendente do Departamento de Compras
Email: pmrroo@hotmail.com

ANEXO I: MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. XX/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2026.

PROCESSO DE COMPRA Nº 58/2026.

O Município de Rondonópolis-Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Duque de Caxias n.º 1.000, Bairro: Vila Aurora, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 03.347.101/0001-21, através da **Secretaria Municipal de XXXXXX**, neste ato representada pela **Sr.(a) XXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **Órgão Gerenciador**, **Resolve registrar os preços** das empresas abaixo relacionadas, doravante denominadas simplesmente **Fornecedores Registrados**, de acordo com a classificação por elas alcançadas nos itens abaixo relacionados, tendo em vista que, atenderam todas as condições previstas no edital e seus anexos, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal n.º 11.685, de 18 de setembro de 2023, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislações correlatadas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:

1. DO OBJETO:

1.1. A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), por meio de plataforma digital com atendimento remoto em tempo real, em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), para garantir a acessibilidade comunicacional às pessoas surdas e com deficiência auditiva no âmbito da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT**, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA da ARP e do CONTRATO:

2.1. A presente ARP terá vigência de 1 (um) ano contado a partir da assinatura, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observados os critérios previstos no Art. 303 do Decreto Municipal nº 11.685.

2.1.2. Nos termos do art. 303, §2º-A do Decreto Municipal nº 11.685/2023, fica autorizada a renovação do quantitativo originalmente registrado, desde que seja comprovado que os preços permanecem vantajosos e haja anuência expressa do fornecedor registrado.

2.2. O contrato decorrente da presente ata terá a vigência, modelo de gestão e demais aspectos alusivos à contratos estipulados, conforme Termo de Referência (anexo I).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO REGISTRADO E DA DIFERENÇA PERCENTUAL:

3.1. O(s) preço(s), a(s) marca(s), a(s) quantidade(s) e a(s) especificação(ões) do(s) produto(s) a ser(em) fornecido(s) encontram-se indicados no (Anexo II Informações sobre os produtos registrados) desta ARP.

3.2. A(s) diferença(s) percentual(is) entre o(s) valor(es) unitário(s) registrado(s) e o(s) valor(es) pesquisado(s) de cada produto, a(s) qual(is) deve(m), preferencialmente, ser(em) mantida(s) durante a vigência desta Ata, também está(ão) especificada(s) no (Anexo II Informações sobre os produtos registrados) desta ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR:

4.1. O valor total estimado para as aquisições decorrentes da presente ARP perfaz o montante de R\$ XXXXXXXXXX.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1. DO(S) ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):

5.1.1. A presente Ata de Registro de Preços – ARP destina-se a suprir as demandas Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

5.2. DA(S) DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):

5.2.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária ou qualquer outra informação da origem dos recursos orçamentários, que somente serão exigidas para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. (Art. 299, §2º do Decreto Municipal 11.685/2023)

CLÁUSULA SEXTA – DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/21, no Decreto Municipal nº 11.685/2023 e nas demais normas complementares.

6.2. Uma vez registrados o(s) preço(s), a Administração poderá convocar o Detentor a fornecer o(s) produto(s) respectivo(s), na forma e condições fixadas no edital, anexos e nesta ARP.

6.3. A existência de preço(s) registrado(s) implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no instrumento convocatório e na sua proposta, mas não obrigará a contratação, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

6.4. É vedada a aquisição do(s) produto(s) por valor(es) superior(es) ao(s) registrado(s) vigente(s).

6.5. O Detentor fica obrigado a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados durante a vigência do Registro de Preços.

6.6. O Detentor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento da ARP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DA ATA:

7.1. A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, vinculado à presente Ata de Registro de Preços e em conformidade com a legislação pertinente, bem como Decreto Municipal nº 11.685/2023.

7.2. Após autorização, a Gerência ou equivalente de cada um dos Órgãos Participantes do Registro encaminhará Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente ao Detentor da ARP, via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.

7.2.1. A comprovação de que o Detentor recebeu a Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente deverá ocorrer via e-mail ou outro meio de comunicação eficaz.

7.3. Na hipótese de as Gerências não conseguirem um meio eficaz para envio da Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente ao Detentor, deverá ser publicado um aviso no Diário Oficial do Município - DIORONDON, para que o Detentor retire a Nota de Empenho ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados da convocação.

7.4. A critério da Gerência solicitante, quando se fizer necessária a verificação da qualidade e do atendimento às legislações específicas pertinentes, a Administração determinará as análises necessárias e prazos para a entrega do(s) produto(s), com ônus para o Detentor, ficando suspenso o pagamento da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE ENTREGA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE

8.1. As regras referentes aos prazos, condições de entrega, acondicionamento, transporte e os locais de entrega, constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO(S) PRODUTO(S):

9.1. As regras referentes ao recebimento do(s) produto(s) constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. As regras referentes às condições de pagamento constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE MARCA E DE PREÇO:

11.1. A ARP poderá ser alterada mediante a substituição de marca nas seguintes condições:

I - Por solicitação do Órgão ou da Entidade Gerenciadora, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

II - Por requerimento do Detentor, que deve ser apreciado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, em hipótese que comprove a impossibilidade de fornecimento.

11.1.1. O Órgão ou Entidade Gerenciadora somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo Detentor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público.

11.1.2. A substituição de marca implicará em nova análise do produto, conforme previsto no edital, anexos e na legislação aplicável.

11.1.3. A substituição de marca deverá ser publicada obrigatoriamente no DIORONDON.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PESQUISA DE PREÇOS:

12.1. Os requisitos que utilizamos para a realização de pesquisa de preços com intenção na aquisição do objeto deste Termo Referencial está seguindo o contexto das normativas estabelecidas pela Lei 14.133/2021 e pela Instrução Normativa 65/2021 SEGES/ME. Para tal descrevemos abaixo cada um dos requisitos que compõem a estimativa de preços levantadas e suas formas de cotação.

12.2. A estimativa dos valores unitários citados neste Termo Referencial bem como o valor total global da aquisição de bens de consumo e permanentes (constam em planilhas no item II dos Quantitativos); foram obtidos através de pesquisa de preços onde utilizamos como métodos e fonte de pesquisas as seguintes ferramentas: plataforma de preços públicos TCE-Radar (<https://radardeprecos.tce.mt.gov.br/extensions/radarcompraspublicas/panel.html>); Painele de preços (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>) e Portal Nacional de Contratações Públicas-PNCP.

12.3. A identificação do(a) responsável pela pesquisa preços consta com os seguintes dados: nome completo; cargo bem como o número de matrícula em todas páginas com os orçamentos que compõem este termo referencial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO DETENTOR DA ATA:

13.1. As obrigações do Órgão e do Detentor da Ata constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. O Órgão ou Entidade Gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do Detentor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I – Descumprimento parcial ou total, por parte do detentor, das condições da ARP;

II – Quando o detentor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo órgão ou entidade gerenciadora;

III – Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ARP;

IV – Nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o detentor se recusar a adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ARP, observado o disposto nos arts. 309 e 310 do Decreto Municipal nº 11.685/2023;

V – Por razões de interesse público, reduzida a termo no processo;

VI – Por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;

VII – Quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;

VIII – Quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;

IX – Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;

X – Por ordem judicial.

XI - No caso de alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato.

XII - Nos casos em que o Detentor estiver envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

XIII – No caso de não cumprimento da regra referente à subcontratação prevista no Termo de Referência.

14.2. A notificação do Órgão ou Entidade Gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao Detentor da ARP por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será publicada no DIORONDON.

14.3. A solicitação do Detentor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado por prazo mínimo de quarenta e cinco dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.

14.4. O Detentor poderá solicitar o cancelamento do seu preço registrado na ocorrência de fato superveniente decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem.

14.5. O cancelamento da ARP não afasta a possibilidade de aplicação de sanções, observadas as competências previstas no Decreto Municipal nº 11.685/2023.

14.6. O cancelamento do Registro, nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho da Autoridade Superior do Órgão ou Entidade Gerenciadora e publicado no DIORONDON.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADESÃO EM ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. Por falta de justificativa ou motivação por parte das unidades demandantes a cláusula foi excluída, conforme orientação do TCU: “A inserção de cláusula em edital licitatório prevendo a possibilidade de adesão a ata de registro de preços por órgãos ou entidades não participantes do planejamento da contratação ("carona") exige justificativa específica, lastreada em estudo técnico referente ao objeto licitado e devidamente registrada no documento de planejamento da contratação.” (Acórdão 311/2018-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS:

16.1. O Detentor obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

16.1.1. O Detentor obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

16.1.2. O Detentor deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

16.1.3. O Detentor não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.1.4. O Detentor não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.1.4.1. O Detentor obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

16.1.5. O Detentor fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

16.1.5.1. Ao Detentor não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

16.1.5.1.1. O Detentor deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

16.1.6. O Detentor deverá notificar, imediatamente, o Órgão ou Entidade Gerenciadora/Órgãos Participantes no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.1.6.1 A notificação não eximirá o Detentor das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

16.1.6.2. O Detentor que descumprir nos termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

16.1.7. O Detentor fica obrigado a manter preposto para comunicação com o Órgão ou Entidade Gerenciadora/ para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

16.1.8. O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre o Detentor e o Órgão ou Entidade Gerenciadora/Órgãos Participantes, bem como, entre o Detentor e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

16.1.9. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará o Detentor a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. O descumprimento das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Detentor, sujeitando-o às seguintes penalidades, na forma do Decreto nº 11.685/2023:

17.1.1. Advertência;

17.1.2. Multas nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

b) multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas.

c) multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

d) multa compensatória de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato em razão do cometimento das infrações administrativas previstas no Decreto Municipal nº 11.685/2023

17.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

17.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

17.2. A multa moratória pode ser aplicada cumulativamente com as demais multas previstas.

17.3. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pelo Diretor competente.

17.4. A penalidade de impedimento de licitar e contratar será aplicada pelo Secretário Municipal ou ocupante de cargo equivalente, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

17.5. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário ou autoridade máxima da entidade, nos demais órgãos e entidades da administração direta ou indireta.

17.6. A notificada poderá apresentar defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será:

a) o primeiro dia após a confirmação do recebimento da notificação por e-mail;

b) o primeiro dia após a juntada ao processo do Aviso de Recebimento da correspondência em que a notificação foi enviada;

c) o primeiro dia após o fim do prazo de 5 (cinco) dias, quando a notificação for publicada no DIORONDON.

17.7. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de recurso a contar da publicação da decisão condenatória no DIORONDON.

17.8. Da aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da publicação da decisão no DIORONDON.

17.9. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, aplicando-se no que couber o disposto na Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 11.685/2023.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Aplicam-se aos serviços todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

18.2. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do Detentor não importará de forma alguma em alteração ou novação.

18.3. Para ciência dos interessados e efeitos legais, a publicação do extrato da presente ARP no Diário Oficial do Município – DIORONDON. Será providenciada e correrá por conta e ônus do Município.

18.4. Após 30 (trinta) dias do encerramento da vigência desta Ata de Registro de Preços, as amostras poderão ser retiradas em até 30 (trinta) dias pelo Detentor no seguinte endereço: Paço Municipal.

18.4.1. A Administração poderá dar o destino que melhor lhe convier às amostras que não forem retiradas no prazo estabelecido no subitem anterior, sem direito a ressarcimento.

18.5. A presente ARP está vinculada, independentemente de transcrição, ao Edital e seus Anexos, bem como a proposta do Detentor, e integram o presente instrumento os seguintes anexos:

18.5.1. ANEXO I – Termo de Referência

18.5.2. ANEXO II - Informações sobre os serviços registrados;

18.5.3. ANEXO III - Relação dos endereços dos participantes deste Registro;

18.5.4. ANEXO IV - Cadastro de Reserva;

18.5.5. ANEXO V – Minuta de Contrato

18.6. As questões decorrentes da utilização da presente Ata que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da cidade de Rondonópolis/MT, eleito pelas partes com exclusão de qualquer outro.

Rondonópolis-MT, XX de XXXXX de 2026.

.....
Secretário Municipal de
.....

Fornecedor da Ata de Registro de Preços

ANEXO II: MINUTA DO CONTRATO.

CONTRATO Nº XXX/XXXX

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS**, E (O)A EMPRESA: **XXXXX** ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT.**, pessoa jurídica de direito público, com sede na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, na Avenida Duque de Caxias n.º 1.000, Bairro: Vila Aurora, inscrita no CNPJ/MF. sob nº 03.347.101/0001-21, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, casado, **XXXXXXXXXXXX**, portador do RG. n.º **XXXXXX**- SSP/xx, inscrito no CPF/MF. sob n.º **XXXXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado na cidade de Rondonópolis-MT., à Rua **XXXXXXXXXXXX**, Casa n.º xx, Quadra n.º xxx, Bairro **XXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**; e de outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF. sob nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, Inscrição Estadual nº xxx.xxx.xxx.xxx, com sede na cidade de **XXXXXXXXXX**, Estado de **XXXXXXXXXX**, à Rua **XXXXXXXXXXXXXX** nº x.xxx, **XXXXXX**, neste ato representada pelo **XXXXXXXXXX**, Sr. **XXXXXXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, **XXXXXX**, **XXXXXXXXXX**, portador do RG. nº x.xxx.xxx-x SSP/xx., inscrito no CPF/MF. sob nº xxx.xxx.xxx-xx, residente e domiciliado na cidade de **XXXXXXXXXX-xx.**, à Rua **XXXXXXXXXXXX** nº xxx, **XXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado final do PREGÃO ELETRÔNICO nº. 07/2026, com fundamento na **Lei XXXXXXXX**, e demais legislações correlatadas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

- 1.1. Edital e anexos do PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2026;
- 1.2. Termo de Referência nº XX/2026;
- 1.3. Proposta de Preço readequada da CONTRATADA;
- 1.4. Anexos dos documentos aqui listados;
- 1.5. Os documentos referidos acima são considerados suficientes para, em complemento a este instrumento contratual, definir a sua intenção e, desta forma, reger sua execução dentro do mais alto padrão da técnica atual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1. O presente contrato tem por objeto o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), por meio de plataforma digital com atendimento remoto em tempo real, em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), para garantir a acessibilidade comunicacional às pessoas surdas e com deficiência auditiva no âmbito da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT**, na forma e qualidade estabelecidas nos documentos constantes da CLÁUSULA PRIMEIRA.

2.2. O material a ser contratado, quantidades, especificações e os valores estimados estão descrito nos quadros abaixo:

ITEM	CÓDIGO TCE	CODIGO AGILI	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	00090203 7	129573	LICENCA PARA USO DE SOFTWARE – LICENCA PARA ACESSO A SOFTWARE E PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE ACESSIBILIDADE NA INTERMEDIACAO DA COMUNICACAO EM LIBRAS	UN	12	R\$	R\$
2	325553-0	129574	HORAS COBRADAS DE ACORDO COM A UTILIZAÇÃO (ESTIMATIVA DE 30HORAS)	HRs	360	R\$	R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. O regime de execução é diferido e o fornecimento do objeto se dará mediante solicitação realizada pelo órgão municipal, por meio de ordem de fornecimento, devendo constar informações que identifique o solicitante;

3.2. Na execução do objeto deverão ainda serem observadas as condições estabelecidas no termo de referência, edital e seus anexos;

3.3. O fornecimento/execução do objeto licitado terá início após a assinatura deste, expedição de nota de empenho e a emissão da ordem de fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

4.1. O objeto licitado deverá ser fornecido conforme as especificações e quantidades licitadas e contratadas, constantes nos documentos da CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1. Constituem obrigações da Contratada, além das demais previstas no Termo de Referência:

5.2. Cumprir o objeto da aquisição/contratação, entregando os bens/serviços especificados conforme disposições contidas no Termo Referencial, e, de modo geral, as Especificações e as Normas Técnicas vigentes, aquelas complementares e particulares e outras pertinentes aos serviços em licitação, constantes dos respectivos projetos, as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização e, quando houver, da Supervisão e dos Órgãos Ambientais.

5.3. Cumprir todas as Leis e Posturas Federais, Estaduais e Municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

5.4. Assumir, com exclusividade, todos os tributos, impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da aquisição/contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, configuração, despesas com pessoal e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela Contratante;

5.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da aquisição/contratação;

5.6. Responder perante a Contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erro relativo à sua execução;

5.7. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Contratante;

5.8. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de Lei, relacionadas com o cumprimento da aquisição/contratação;

5.9. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

5.10. Comunicar a Prefeitura Municipal de Rondonópolis, qualquer alteração às condições em que se encontrava no momento da aquisição/contratação do objeto, tais como: endereço, telefone, e-mail, dados bancários, responsável pela empresa, entre outras informações relevantes;

5.11. A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante por ela indicada, tenham acesso a todos os documentos fiscais e contábeis que digam respeito aos bens/serviços fornecidos/entregues/prestados à Contratante;

5.12. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos bens/serviços, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida;

5.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015 (art. 116 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021);

5.14. Disponibilizar, operar e manter, às suas expensas, toda a infraestrutura necessária à execução dos serviços, compreendendo recursos humanos, tecnológicos, de software, hardware, conectividade e telecomunicações, assegurando funcionamento ininterrupto da plataforma em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

5.15. Manter equipe de tradutores e intérpretes de Libras–Português devidamente qualificados, habilitados e certificados, em quantitativo compatível com a demanda da CONTRATANTE, garantindo padrões adequados de qualidade, urbanidade, ética profissional e respeito aos usuários.

5.16. Assegurar a confidencialidade, o sigilo e a integridade das informações tratadas durante a execução dos serviços, bem como a proteção dos dados pessoais envolvidos, observando rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

5.17. Prover suporte técnico e operacional contínuo à CONTRATANTE, por meio de Service Desk ou ferramenta equivalente, para registro, acompanhamento e solução de incidentes, problemas, solicitações e mudanças, em prazos compatíveis com a criticidade de cada ocorrência e com os níveis de serviço pactuados.

5.18. Disponibilizar Painel de Gestão com acesso exclusivo à CONTRATANTE, assegurando a integridade, a atualidade, a rastreabilidade e a fidedignidade das informações, relatórios gerenciais e indicadores de desempenho relativos à execução dos serviços.

5.19. Fornecer relatórios técnicos, operacionais e gerenciais, conforme periodicidade definida, contendo, no mínimo, informações sobre volume de atendimentos, tempo de utilização, canais de acesso, indicadores de qualidade e níveis de serviço.

5.20. Colaborar com ações de fiscalização, auditorias, inspeções, testes e avaliações eventualmente realizados pela CONTRATANTE ou por órgãos de controle, fornecendo, quando solicitado, as informações e acessos estritamente necessários

5.21. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5.22. Assegurar que o acesso à plataforma digital de intermediação, tradução e interpretação em Libras ocorra por meio de internet patrocinada (billing reverso), de modo que o usuário final não necessite dispor de pacote de dados próprio, conexão Wi-Fi ou qualquer outro meio de acesso custeado pela Administração ou pelo usuário, garantindo o uso irrestrito do serviço.

5.23. Ser integralmente responsável pela infraestrutura tecnológica, pelos custos de conectividade, pelo tráfego de dados e por quaisquer encargos necessários à plena operacionalização da internet patrocinada, não podendo tais custos ser repassados, direta ou indiretamente, à Administração ou aos usuários do serviço.

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. É vedada a subcontratação completa ou parcial do objeto da contratação ou das parcelas tecnicamente mais complexas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

7.1. A execução do objeto dar-se-á mediante a prestação contínua e remota dos serviços de intermediação, tradução e interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), por meio de plataforma digital especializada, de responsabilidade da CONTRATADA, com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), conforme as demandas da Administração, durante a vigência do presente contrato, observado o disposto na Ata de Registro de Preços que lhe deu origem.

7.2. A utilização dos serviços ocorrerá de forma futura e eventual, mediante acionamento sob demanda ou por agendamento prévio, conforme necessidade da Administração, não gerando obrigação de consumo mínimo, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Os atendimentos poderão ser realizados a partir de unidades administrativas, ambientes físicos ou virtuais, canais digitais, eventos institucionais, reuniões, audiências e demais ambientes de interação da Administração, observados os fluxos operacionais e requisitos técnicos definidos no Termo de Referência.

7.4. Compete à CONTRATADA o planejamento, a organização e a gestão da capacidade operacional, incluindo o dimensionamento adequado da equipe de intérpretes, a gestão de escalas, o monitoramento dos indicadores de desempenho, bem como a adoção de medidas preventivas e corretivas necessárias para assegurar a regularidade, a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços durante toda a vigência contratual.

7.5. Do Recebimento dos Serviços:

7.5.1. O recebimento provisório dos serviços será realizado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da implantação e disponibilização inicial da plataforma, mediante verificação preliminar, pela fiscalização do contrato, quanto ao funcionamento do sistema, à disponibilidade do serviço em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana) e ao atendimento mínimo das especificações técnicas previstas no Termo de Referência, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.5.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da plena conformidade da execução dos serviços com as disposições contratuais, a validação dos relatórios iniciais de operação e a confirmação da estabilidade e regularidade do serviço, sendo formalizado por meio de termo próprio, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.5.3. Após o recebimento definitivo, a execução contratual será acompanhada por medições mensais, cujo atesto pela fiscalização ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do período de referência, constituindo condição indispensável para a liquidação da despesa e o respectivo pagamento.

7.5.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade civil, técnica, ética e profissional da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços durante toda a vigência contratual, nem impede a apuração de falhas, vícios ou irregularidades, bem como a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste contrato.

7.6. Da Obrigação De Internet Patrocinada (Billing Reverso):

7.6.1. Constitui **obrigação contratual essencial** da CONTRATADA assegurar que o acesso à plataforma digital de intermediação, tradução e interpretação em Libras ocorra por meio de **internet patrocinada (billing reverso)**, de modo que o usuário final **não necessite dispor de pacote de dados próprio, conexão Wi-Fi ou qualquer outro meio de acesso custeado pela Administração ou pelo usuário**, garantindo o uso irrestrito do serviço.

7.6.2. A CONTRATADA será integralmente responsável pela **infraestrutura tecnológica**, pelos **custos de conectividade**, pelo **tráfego de dados** e por quaisquer encargos necessários à plena operacionalização da internet patrocinada, não podendo tais custos ser repassados, direta ou indiretamente, à Administração ou aos usuários do serviço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

8.2. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, efetuando os pagamentos de acordo com as cláusulas do contrato;

8.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao efetivo cumprimento do objeto contratado;

8.4. Notificar formalmente a contratada sobre ocorrências de irregularidades, atrasos ou inconformidades na execução do contrato, concedendo prazo razoável para correção.

8.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

8.6. Acompanhar a entrega dos serviços efetuados pela Contratada, podendo intervir durante a sua entrega/prestação, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento;

8.7. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente que designará um representante para esse fim de fiscal do contrato, podendo, em decorrência, solicitar providências da Contratada, que atenderá ou justificará de imediato, e de tudo dará ciência à Prefeitura Municipal de Rondonópolis, em conformidade com o Artigo 6º, XXIII da Lei de Licitações 14.133/2021 e o Decreto Municipal 11.685/2023;

8.9. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento; Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues e ou prestados em desacordo com o contrato;

8.10. Fornecer em qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

8.11. Efetuar o pagamento das despesas autorizadas e atestadas dentro do prazo contratual, desde que cumpridas todas as obrigações legais e contratuais por parte da contratada.

8.12. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.13. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 30 dias.

8.14. Garantir que nenhuma taxa administrativa incida sobre o Município, sendo vedado à contratada repassar custos relacionados ao sistema, gestão ou credenciamento de fornecedores ao ente público.

8.15. Fornecer à contratada, de forma clara e tempestiva, as autorizações necessárias à execução do objeto, incluindo detalhes de serviços, unidades de atendimento e fluxos de encaminhamento.

8.16. Garantir à contratada as condições necessárias para a execução dos serviços nos locais indicados, incluindo acesso às unidades e presença de servidor responsável pela fiscalização.

8.17. Acompanhar e controlar a efetiva aplicação dos serviços, garantindo a conformidade com as diretrizes da política pública de assistência social e com a legislação vigente.

8.18. Fornecer, quando necessário, esclarecimentos, orientações e documentos complementares à contratada, relacionados ao objeto e à execução contratual.

8.19. Atestar as notas fiscais somente após a verificação da execução satisfatória dos serviços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício:

Classificação Orçamentária da Despesa 2026	
Órgão:	02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis
Unidade:	013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional Programática:	08.122.2207.2079- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Elemento de Despesa:	3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Reduzido:	431
Valor	R\$ 270.784,08
Fonte de Recurso Municipal:	1.500.0000000

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

10.1. O valor global do presente Contrato é de **R\$ XXXXXX** (.....), de acordo com a Proposta Comercial da Contratada, a serem pagos, mediante apresentação de nota fiscal, na Tesouraria desta Prefeitura;

10.2. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

10.3. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária emitida em favor da empresa contratada, após o recebimento definitivo dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia, contados a partir da data de entrega da Nota Fiscal (ELETRÔNICA), conforme exigência prevista no Artigo 180, do RICMS (Regulamento do ICMS) a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais dos itens, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do serviço e/ou material da Secretaria Municipal solicitante, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta corrente onde deseja receber seu crédito.

10.3.1. Apresentar, junto com a Nota Fiscal, as certidões que comprovem a regularidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação conforme ao disposto no **artigo 92 inciso XVI** da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

“XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;”.

10.3.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 10.3 fluirá a partir da respectiva data de regularização.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

10.5. O prazo para liquidação será de 15 (quinze) dias úteis.

10.6. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

10.7. As notas fiscais deverão estar devidamente atestada (s) pelos Secretários responsáveis pelas Secretarias solicitantes;

10.8. As Notas Fiscais deverão ser emitidas até o dia 25 de cada mês, conforme disposto no artigo 3º, § 1º da Instrução Normativa n. 03/2008. Nas Notas Fiscais deverão constar o número do processo e da modalidade da licitação, bem como a Secretaria solicitante.

10.9. O Município de Rondonópolis-MT, só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante dos serviços, o necessário ATESTO dos serviços entregues pela empresa vencedora, no verso da Nota Fiscal.

10.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.10.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.11. A liquidação e o pagamento não isentam o contratado das suas responsabilidades e obrigações vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas à qualidade e garantia dos serviços, tampouco implicará aceitação definitiva do fornecimento.

10.12. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado.

10.13. Após 30 (trinta) dias da data em que deveria ser efetuado o pagamento das faturas, incidirá sobre o valor faturado atualização monetária com base no Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), sendo que sempre será utilizado o índice de menor percentual.

10.14. A execução dos serviços será medida e atestada mensalmente pela fiscalização da CONTRATANTE, com base nos relatórios extraídos do sistema/plataforma, bem como em eventuais informações complementares solicitadas à CONTRATADA, mediante relatório contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências verificadas no período de referência.

10.14.1. Para fins de medição, deverão ser considerados, no mínimo:

I – a disponibilidade da plataforma em regime de funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana);

II – o quantitativo de atendimentos realizados no período de referência;

III – o tempo efetivo de utilização dos serviços;

IV – o cumprimento dos níveis mínimos de serviço (SLAs) estabelecidos no contrato;

V – a regularidade operacional e a inexistência de falhas que comprometam a execução dos serviços.

10.14.2. As faturas deverão ser acompanhadas de relatórios detalhados de utilização, contendo, no mínimo, a quantidade de atendimentos realizados, o tempo total de uso, a distribuição por canal de acesso e os principais indicadores de desempenho.

10.14.3. A fiscalização poderá notificar a CONTRATADA para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, impugnar os apontamentos ou promover a regularização da documentação apresentada.

10.14.4. Verificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento, a CONTRATANTE solicitará, por escrito, as devidas correções.

10.14.5. Poderão ser aplicados mecanismos de glosa ou descontos proporcionais nos casos de descumprimento dos níveis de serviço pactuados, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.15. O pagamento observará a efetiva execução do objeto, conforme medição mensal dos serviços prestados.

10.15.1. A remuneração poderá compreender parcela fixa e parcela variável, esta última vinculada à efetiva utilização dos serviços, conforme apuração nos relatórios de medição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO, REPACTUAÇÃO, REVISÃO, SUPRESSÕES E ACRÉSCIMOS

11.1. DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

11.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

11.1.1.1. Considera-se preço registrado aquele atribuído ao produto, incluindo todas as despesas tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais) e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da Ata na execução da mesma.

11.1.1.2. Após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data-base do orçamento, os preços inicialmente pactuados poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, aplicando-se o Índice de Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), conforme previsto no Termo de Referência. O índice será aplicado somente às obrigações contratuais iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.1.1.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação do contratado, acompanhada de memorial do cálculo.

11.1.1.4. Independentemente do requerimento de reajuste formulado pelo contratado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

11.1.1.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.1.1.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

11.1.1.7. A prorrogação contratual sem a solicitação do reajuste implica a preclusão deste, sem prejuízo dos futuros reajustes nos termos pactuados.

11.1.1.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.1.1.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.1.1.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.2. DA REVISÃO

11.2.1. O contrato poderá ser alterado na forma do artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.685/2023.

11.2.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.2.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.4. Durante a vigência do contrato a contratada poderá solicitar a revisão dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, conforme cláusula décima primeira

11.2.5. Os preços registrados poderão ser revisados para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro quando, por motivo superveniente, restarem inviáveis de serem praticados em razão de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

11.2.6. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.7. O pedido de revisão de preços será processado e julgado pelo Órgão Gerenciador.

11.2.8. Nos casos em que a majoração do preço for pleiteada pela DETENTORA, o ÓRGÃO GERENCIADOR analisará a solicitação de revisão do preço registrado a partir da fundamentação e do conjunto probatório apresentados, em cotejo com pesquisa de mercado atualizada e diligências que se mostrem necessárias para avaliação do pedido, mantendo a economia obtida no procedimento licitatório.

11.2.9. Após 30 (trinta) dias do aceite do requerimento de revisão pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, e sem manifestação conclusiva deste, poderá a DETENTORA comunicar formalmente ao ÓRGÃO GERENCIADOR a recusa de novos pedidos de entrega de bens ou de prestação de serviços.

11.2.10. Durante este prazo de 30 dias, a DETENTORA fica obrigado a manter as condições pactuadas quando da assinatura da ata.

11.2.11. Ocorrendo umas das hipóteses previstas na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei n. 14.133/2021, poderá haver a repactuação, reajuste, revisão ou realinhamento, onde deverão ser precedidos de demonstração analítica do aumento dos custos, bem como análise Técnico Contábil do setor Financeiro e Jurídica da Assessoria Jurídica deste Município.

11.2.11.1. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso, será de até 30 (trinta) úteis dias prorrogáveis por igual período. (Art. 92 Inciso X da Lei 14.133/2021).

11.2.11.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 30 (trinta) úteis dias prorrogáveis por igual período. (Art. 92 Inciso XI da Lei 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

12.1. O objeto do presente contrato caracteriza-se como serviço de natureza contínua, sendo o contrato firmado com prazo inicial de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura ou da emissão da ordem de início, conforme previsto no instrumento contratual.

12.1.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado ele será constituído em mora (sem prejuízo da aplicação das respectivas sanções administrativas) e a Administração poderá optar pela extinção do contrato ocasião em que adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual. Conforme estabelece o parágrafo único do 111 da Lei 14.133/2021).

12.2. Findo o prazo inicial, o contrato poderá ser prorrogado de forma sucessiva, mediante justificativa formal da Administração, desde que demonstrados o interesse público, a manutenção das condições originalmente pactuadas e a vantajosidade da prorrogação.

12.3. As prorrogações observarão o limite máximo de 5 (cinco) anos, incluídas as prorrogações, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

13.1. O contrato poderá ser alterado na forma do artigo 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.685/2023.

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. Durante a vigência do contrato o contratado poderá solicitar a revisão dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, conforme cláusula décima primeira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. O presente termo de contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no rol do artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa e respeitados os procedimentos descritos no Decreto Municipal nº 11.685/2023 e nas demais legislações aplicáveis.

14.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei 14.133/2021.

14.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO:

15.1. Será designado, pelo contratante, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de informar as ocorrências relevantes verificadas na execução contratual, inclusive quanto a eventuais atrasos e descumprimentos de cláusulas contratuais; solicitar ao contratado documentos exigidos para o fornecimento do bem, correção de falhas na execução contratual, cumprimento da legislação aplicável, e, sendo o caso, determinar a substituição dos serviços; informar as autoridades competentes a ocorrência de ilegalidades e irregularidades que constatar;

15.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais de contratos, representantes da Administração especialmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. A fiscalização exercida pelo contratante na entrega dos bens não exclui a responsabilidade do contratado, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica co-responsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.

15.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

15.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou, em caso de afastamentos legais, pelos respectivos substitutos.

15.6. Os gestores e fiscais de contrato devem ser previamente designados, por portaria geral ou específica, conforme Decreto Municipal nº 11.685/2023 e cientificados de forma expressa, preferencialmente por meio eletrônico, bem como os titulares e substitutos.

15.7. Não obstante o contratado seja o único e exclusivo responsável pela execução do Contrato, o contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

16.1. A aplicação de penalidade é de competência da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, ressalvado o caso de Advertência;

16.2. A Contratada ficará sujeita as seguintes penalidades, caso deixar de cumprir os prazos e demais obrigações assumidas, observado o contraditório e ampla defesa nos termos do artigo 6º, XXIII da Lei de Licitações 14.133/2021 e o Decreto Municipal 11.685/2023;

16.3. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021 e art. 201 do Decreto Municipal nº 11.685/2023, a Licitante/Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo justificativa superveniente;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar documentação para contratação quando convocada;
- g) ensejar retardamento da execução ou entrega do objeto sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa no certame ou na execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução contratual;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar a licitação;
- l) praticar atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.4. Das Sanções Aplicáveis:

16.4.1. Serão aplicadas à Licitante/Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 202 do [Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023](#));

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. (art. 156, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 203 do [Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023](#));

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j” “k” e “l” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, §5º, da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 204 do [Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023](#));

16.4.2. Multa de Mora: A multa de mora será aplicada pelo gestor do contrato e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

I – 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 10 (dez) dias, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, nos termos do art. 206 do Decreto Municipal nº 11.685/2023.

II – O atraso superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar inadimplemento, ensejando continuidade da multa ou rescisão contratual.

III – O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a extinção do contrato, nos termos do art. 137, I, da Lei nº 14.133/2021.

16.4.3. Multa Compensatória: A multa compensatória será aplicada pelo gestor do contrato e terá cabimento nas seguintes hipóteses:

I – 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato nos casos de inexecução total;

II – 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente quando houver inexecução parcial ou fornecimento em qualidade inferior, sem prejuízo da reposição.

16.5. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.6. O valor das multas aplicadas serão sempre deduzidas do pagamento da Nota Fiscal ou em caso de ausência de saldo a receber, deverá ser cobrado judicialmente;

16.7. As ocorrências relacionadas com a execução do contrato serão anotadas pelo fiscal do contrato nos moldes do artigo 6º, XXIII da Lei de Licitações 14.133/2021 e o Decreto Municipal 11.685/2023;

16.8. As multas previstas não têm caráter compensatório e, consequentemente, o pagamento delas não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à administração.

16.9. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

16.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração Pública à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e art. 207 do [Decreto Municipal 11.685 de 18 de setembro de 2023](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#).

16.13. Os débitos da Contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO:

17.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

17.2. Consta em anexo do contrato o Termo Anticorrupção (Anexo), expresso pelo contratado, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a legislação aplicável, a moral e a ética.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA NULIDADE DO CONTRATO:

18.1. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada quando revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos aspectos descritos no art. 147 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A nulidade não exonera o contratante do dever de indenizar o contratado pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa, nos termos do que estabelece o art. 149 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GARANTIA

19.1. GARANTIA DO OBJETO:

19.1.1.1. O prazo de garantia mínima do objeto será de 12 meses, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica.” (Lei 14.133/2021 artigo 92 – inciso XIII).

19.1.2. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO:

19.1.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pois o pagamento será efetuado somente após a execução do serviço e apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal de contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO DIREITO DE PETIÇÃO:

20.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E DA SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS E CONTRATUAIS:

21.1.1. A legislação aplicável a este Contrato é a constante do Decreto Municipal nº 11.685/2023 e a Lei nº 14.133/21 e demais disposições aplicáveis as Licitações e Contratos Administrativos.

21.1.2. Os casos omissos que se tornarem controvertidos em face das cláusulas do presente contrato serão resolvidos segundo os princípios jurídicos aplicáveis, e entendimentos dos tribunais de contas.

21.1.3. Após a assinatura deste Contrato, toda comunicação entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** será feita através de correspondência devidamente registrada.

21.1.4. Qualquer alteração nas condições ora estipuladas neste Contrato deverá ser feita através de Termo Aditivo, assinado pelos representantes legais das partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

22.1. O presente **CONTRATO** fica vinculado aos termos do **Edital de Pregão, Termo de Referência e todos os anexos que os acompanham** e à proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto 11.685/2023 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, supletivamente as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor, normas e Princípios Gerais dos Contratos e disposições do direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO:

24.1. Fica eleito o foro de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser compostas pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente **CONTRATO** em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

O MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT.
CONTRATANTE

Rondonópolis-MT., ____ de _____ de 2026.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____
RG N.º _____

_____ RG N.º _____

DE ACORDO: _____
ASSESSORIA JURÍDICA

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

ANEXO III: MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL.

Licitante Razão Social:

CNPJ N.º:

Telefone fixo:	Celular:	Endereço eletrônico e-mail:
Endereço Completo Rua, Nº, Bairro, Município, Estado, Cep:		
Conta Corrente nº:	Agência:	Banco:

Licitação Modalidade: Pregão Eletrônico N.º: 07/2026. Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), por meio de plataforma digital com atendimento remoto em tempo real, em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), para garantir a acessibilidade comunicacional às pessoas surdas e com deficiência auditiva no âmbito da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, conforme condições, especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

ITEM	CÓDIGO TCE	CODIGO AGILI	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	000902037	129573	LICENCA PARA USO DE SOFTWARE – LICENCA PARA ACESSO A SOFTWARE E PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE ACESSIBILIDADE NA INTERMEDIACAO DA COMUNICACAO EM LIBRAS	UN	12	R\$	R\$
2	325553-0	129574	HORAS COBRADAS DE ACORDO COM A UTILIZAÇÃO (ESTIMATIVA DE 30HORAS)	HRs	360	R\$	R\$

Valor total final estimado é de R\$ (por extenso).

1 – Nos preços estão inclusos todos os custos básicos diretos, bem como quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente que porventura possam recair sobre o fornecimento.

2 – Declaramos que temos pleno conhecimento de todas as condições estabelecidas no termo de referência, edital e anexos, bem como do (s) local (is) de entrega do objeto licitado.

3 – Declaramos que assumimos inteira e completa responsabilidade pela perfeita execução da entrega dos produtos/serviços, conforme condições estabelecidas no termo de referência, edital e anexos.

4 – Declaramos que possuímos total capacidade técnica para atendermos ao objeto solicitado.

5 – O prazo de validade da proposta é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da entrega dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS”.

6 – O prazo de realização dos serviços/entrega do produto é de acordo com o previsto contida no edital e seus anexos.

7 – Apresentamos, conforme exigido, nossos dados bancários:

NOME DO BANCO N°

NOME DA AGÊNCIA N°

NÚMERO DA CONTA

Local/data.....

(Assinatura do Representante Legal pela Empresa)
Nome/Cargo e Carimbo CNPJ

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

ANEXO IV: MODELO DE DECLARAÇÕES – PARA TODAS AS EMPRESAS.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS-MT.
REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO ____/2026.
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM/LOTE.

Ref: Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026

A Empresa (nome da empresa) inscrita no CNPJ/MF sob nº _____ sediada na _____, Bairro _____, CEP _____, Município _____, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico nº 0XX/2026, DECLARA, sob as penas da lei que:

a) Está ciente e concorda com as condições do Edital do supracitado Pregão Eletrônico e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;

b) Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

c) As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

d) Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Estadual exercendo funções de gerência ou administração, conforme art. 1, inciso X da Lei Complementar Estadual nº 04/1990, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) Não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;

f) Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;

g) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Obs.: No caso de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e MEI (Art 23, LC 605/2018/MT) que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.

XXXXXXX - UF, _____, _____ de 2026.

CARIMBO E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
LEGAL DA EMPRESA

* Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE

ANEXO V: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – APENAS PARA AS ME E EPP.

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa....., inscrita no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante
legal,....., CPF
nº....., Carteira de Identidade nº....., declara, para fins de
participação no pregão eletrônico nº. XX/2026, sob as penas da Lei, que é considerada:

() microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

() empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar 123/06.

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que caso seja declarada vencedora do certame, promoveremos a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal.

Declara que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública, não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

XXXXXX, dede 2026.
(assinatura representante legal)

Nota: A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das penalidades previstas neste Edital.
Departamento de Compras.

ANEXO VI –TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de intermediação e interpretação em Libras (Língua Brasileira de Sinais), por meio de plataforma digital com atendimento remoto em tempo real, em regime de funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), visando garantir a acessibilidade comunicacional às pessoas surdas e com deficiência auditiva no âmbito da CONTRATANTE, em todos os serviços e unidades que realizam atendimento ao público, com previsão de cobrança adicional por eventual excedente, conforme a demanda efetivamente registrada.

1.2. Trata-se de contratação de serviços continuados de natureza predominantemente intelectual, sem fornecimento de bens permanentes, nos termos do art. 6º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

ITEM	CÓDIGO TCE	CODIGO AGILI	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	COTAÇÃO 1 PRIVADO	COTAÇÃO 2 PRIVADO	COTAÇÃO 3 PRIVADO	MÉDIA	VALOR TOTAL
1	000902037	129573	LICENCA PARA USO DE SOFTWARE – LICENCA PARA ACESSO A SOFTWARE E PLATAFORMA TECNOLÓGICA DE ACESSIBILIDADE NA INTERMEDIACAO DA COMUNICACAO EM LIBRAS	UN	12	R\$ 14.664,00	R\$ 19.500,00	R\$ 18.036,72	R\$ 17.400,24	R\$ 208.802,88
2	325553-0	129574	HORAS COBRADAS DE ACORDO COM A UTILIZAÇÃO (ESTIMATIVA DE 30HORAS)	HRs	360	R\$ 122,20	R\$ 214,29	R\$ 180,00	R\$ 172,17	R\$ 61.981,20
Valor total										R\$ 270.784,08

1.3. Os serviços objeto deste Registro de Preços destinam-se ao atendimento direto de direitos fundamentais relacionados à acessibilidade, à inclusão social e à comunicação institucional, não possuindo natureza supérflua ou de luxo, consistindo em serviço especializado de relevante interesse público, amplamente disponível no mercado e compatível com soluções tecnológicas atualmente utilizadas pela Administração Pública.

1.4. A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante emissão de ordens de serviço durante a vigência da Ata, em consonância com a natureza variável do consumo e com o disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, sendo os quantitativos estimados meramente referenciais, sem obrigação de contratação integral por parte da Administração.

1.5. Justificativa da Pesquisa de Preços: A estimativa de valores foi elaborada com base em pesquisa de mercado junto a fornecedores da iniciativa privada que atuam no segmento de interpretação em Libras por meio de plataformas digitais, devidamente consolidada em mapa comparativo de preços, assegurando observância aos critérios de razoabilidade, compatibilidade com os preços praticados no mercado e conformidade com os arts. 23 e 24 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. Da Contratação: A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 82, §4º, da Lei nº 14.133/2021

1.7. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão prazo inicial de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura. A execução dos serviços ficará condicionada à emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE, a qual constituirá o marco formal para início da implantação e disponibilização da solução.

A CONTRATADA deverá implantar e disponibilizar integralmente a plataforma tecnológica de

acessibilidade em LIBRAS no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

Somente após a efetiva disponibilização da solução e validação pela fiscalização contratual iniciar-se-á a contagem dos prazos operacionais e dos níveis de serviço (SLA), bem como a possibilidade de utilização regular da plataforma pela CONTRATANTE.

Durante a vigência contratual, ficará assegurado à CONTRATANTE o direito de uso da plataforma tecnológica, bem como a prestação dos serviços de intermediação, tradução e interpretação em LIBRAS, sob demanda, com remuneração estruturada conforme os valores registrados em Ata, observando-se a cobrança exclusivamente pelas horas efetivamente utilizadas, sem garantia de consumo mínimo.

Considerando tratar-se de licença de uso de software associada a serviço de natureza contínua, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo devidamente motivado, desde que demonstrados o interesse público, a manutenção das condições de habilitação, a compatibilidade dos preços com o mercado e a vantajosidade para a Administração. A prorrogação não implica obrigação de consumo mínimo de horas, tampouco gera direito subjetivo à renovação automática, ficando condicionada à manifestação expressa e fundamentada da Administração..

1.8. Da Garantia Contratual: Fica dispensada a exigência de garantia contratual, considerando tratar-se de serviço contínuo de natureza tecnológica, com ampla oferta no mercado, execução predominantemente remota e baixo risco de inadimplemento material, nos termos do art. 96 c/c art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021. Permanecem integralmente aplicáveis as sanções administrativas previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021, em caso de descumprimento das obrigações assumidas.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar acessibilidade comunicacional, inclusão social e efetividade no atendimento às pessoas surdas e com deficiência auditiva, no âmbito dos serviços públicos prestados pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social e pela Prefeitura Municipal de Rondonópolis/MT, em observância aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da isonomia e do acesso universal aos serviços públicos.

2.2. Considerando a dimensão populacional do Município e a crescente demanda por soluções de comunicação acessível, revela-se necessária a adoção de serviços contínuos e tecnológicos de interpretação em Libras, capazes de atender, de forma eficiente e ininterrupta, às diversas unidades administrativas e aos diferentes perfis de atendimento ao público, inclusive em situações emergenciais ou fora do horário comercial.

2.3. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se juridicamente adequada e tecnicamente recomendável, uma vez que a demanda pelos serviços de interpretação em Libras apresenta natureza variável, dependente do fluxo de atendimento, da ocorrência de eventos institucionais e da necessidade efetiva de comunicação acessível, enquadrando-se no disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A utilização de plataformas digitais especializadas para interpretação em Libras, com atendimento remoto em tempo real e disponibilidade contínua (24 horas por dia, 7 dias por semana), está em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e inovação, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, além de possibilitar maior racionalização de recursos públicos quando comparada a modelos exclusivamente presenciais.

2.5. A contratação pretendida encontra respaldo, ainda, na legislação específica de acessibilidade, notadamente na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), na Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação, e na Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais de promoção da acessibilidade, impondo à Administração Pública o dever de eliminar barreiras comunicacionais no atendimento ao cidadão.

2.6. Do ponto de vista técnico, o mercado dispõe de múltiplas soluções tecnológicas compatíveis com o objeto pretendido, as quais oferecem funcionalidades como atendimento remoto em Libras, gestão de chamadas, relatórios de utilização, integração com sistemas institucionais e suporte contínuo, o que viabiliza a competição e justifica a adoção de procedimento licitatório, com seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

2.7. Assim, a presente fundamentação respalda a adoção do Registro de Preços para futura e eventual contratação dos serviços, assegurando flexibilidade contratual, controle do gasto público, ampla competitividade e adequação às necessidades reais da Administração, em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de governança exigidas pelos órgãos de controle.

3.FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 Necessidade de eliminação de barreiras de comunicação

A CONTRATANTE, no exercício de suas atribuições institucionais, possui o dever de assegurar acesso universal, inclusivo e equitativo aos serviços públicos, especialmente às pessoas surdas e com deficiência auditiva, em conformidade com os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade material e da eficiência administrativa.

O modelo atualmente adotado para atendimento em Libras, baseado em contratações pontuais de intérpretes, atendimentos predominantemente presenciais e restritos ao horário administrativo, bem como na inexistência de solução padronizada e permanente de interpretação remota, mostra-se fragmentado, descontínuo e insuficiente para atender às demandas reais da população usuária. Tal cenário resulta em atrasos, remarcações, descontinuidade do atendimento e, em determinadas situações, na impossibilidade de comunicação adequada, configurando barreira comunicacional incompatível com as normas de acessibilidade vigentes.

3.2 Adequação da solução ao objeto da contratação

Diante desse contexto, torna-se necessária a contratação de serviços contínuos de intermediação, tradução e interpretação Libras–Português–Libras, por meio de plataforma digital especializada, com atendimento remoto em tempo real, apta a:

- I – eliminar, de forma estruturada e permanente, barreiras de comunicação entre pessoas surdas e ouvintes;
- II – viabilizar o atendimento em Libras em qualquer unidade da CONTRATANTE, presencial ou remotamente, sempre que identificada a necessidade do usuário;
- III – assegurar funcionamento ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), inclusive para atendimentos emergenciais;
- IV – padronizar procedimentos, fluxos e níveis de qualidade do atendimento em Libras, promovendo previsibilidade, controle e eficiência na prestação do serviço.

3.3 Conformidade técnica, legal e normativa

A solução a ser contratada deverá observar integralmente o arcabouço constitucional e infraconstitucional aplicável à acessibilidade comunicacional, notadamente a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão), a

legislação que reconhece e regulamenta o uso da Libras e as normas que asseguram o direito à comunicação plena das pessoas surdas nos serviços públicos.

A plataforma deverá garantir qualidade técnica adequada na comunicação em Libras, assegurando autonomia do usuário, confidencialidade das informações, proteção da privacidade e respeito à dignidade da pessoa surda, em conformidade com a legislação vigente.

3.4 Necessidade de acesso universal – internet patrocinada

Identifica-se como barreira prática relevante o custo do consumo de dados móveis necessário à utilização de plataformas de videochamada. Dessa forma, configura-se como requisito essencial da contratação a disponibilização de internet patrocinada (billing reverso), modalidade pela qual o tráfego de dados utilizado para acesso à plataforma é custeado pelo prestador do serviço.

Tal exigência é indispensável para a eliminação de barreiras econômicas, assegurando a igualdade material no acesso à solução, independentemente da condição socioeconômica do usuário.

3.5 Abrangência institucional da demanda

A demanda pelos serviços de intermediação e interpretação em Libras possui caráter transversal, abrangendo, entre outros, os seguintes eixos de atuação da Administração:

I – saúde, educação, assistência social e atendimento administrativo em geral;

II – unidades de atendimento presencial ao cidadão;

III – canais remotos e digitais, tais como centrais de atendimento, serviços on-line, reuniões, audiências e atos administrativos realizados em ambiente virtual.

A inexistência de solução integrada e contínua expõe a Administração ao risco de violação de direitos fundamentais, aumento de reclamações dos usuários e eventual responsabilização perante órgãos de controle.

3.6 Capacidade técnica da futura contratada

A futura contratada deverá comprovar capacidade técnica compatível com a complexidade do objeto, incluindo a operação de Central de Intérpretes de Libras em regime ininterrupto (24x7), com profissionais qualificados, infraestrutura tecnológica adequada e sistemas de gestão, monitoramento e controle dos atendimentos, além da regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Funcionais da Solução

4.1.1. A solução deverá disponibilizar acesso por meio de link web responsivo, permitindo sua integração ao website institucional da CONTRATANTE ou disponibilização via QR Code, com compatibilidade mínima com os sistemas operacionais Windows, Linux e MacOS.

4.1.2. A solução deverá permitir acesso por dispositivos móveis, por meio de aplicativo ou interface web responsiva, compatível com os sistemas iOS e Android, sendo dispensada a instalação de aplicativo quando o acesso ocorrer via QR Code.

4.1.3. A plataforma deverá implementar sistema de cadastro de usuários com validação em duas etapas (2FA), por meio de SMS e/ou e-mail, com envio de credenciais de acesso após a confirmação.

4.1.4. Durante o atendimento, deverá ser exibida ao usuário sua posição na fila, o tempo estimado de espera e o tempo decorrido de atendimento, com atualização automática.

4.1.5. A solução deverá permitir, no mínimo:

I – exibição de conteúdos institucionais em LIBRAS, com legendas em língua portuguesa, durante o período de espera;

II – controle, pelo usuário, da ativação e desativação de câmera e microfone;

III – encerramento do atendimento por iniciativa do usuário;

IV – gravação das videochamadas exclusivamente para fins de monitoramento, avaliação da qualidade e aprimoramento contínuo do serviço, observada a legislação aplicável à proteção de dados.

4.1.6. A plataforma deverá permitir à CONTRATANTE criar, editar e excluir serviços de atendimento em LIBRAS, incluindo a personalização de scripts orientadores aos intérpretes, identidade visual e informações descritivas dos serviços.

4.1.7. A solução deverá disponibilizar Painel de Gestão que possibilite:

I – cadastramento, edição, exclusão e gerenciamento de acessos de usuários administradores e serviços;

II – consulta a logs de acesso e histórico dos atendimentos, contendo, no mínimo, data, horário, duração, canal e destino;

III – geração, configuração e exportação de relatórios analíticos e consolidados em formatos abertos e usuais de mercado (CSV, XLS, JSON ou equivalentes), contemplando indicadores como TMA, TME, TMO, taxa de abandono, volume de atendimentos realizados e não realizados e consumo de minutos.

4.1.8. A plataforma deverá possuir banco de dados compatível com padrões atuais de segurança da informação, com trilhas de auditoria, controle de acessos, registro de logs e mecanismos de proteção contra acessos não autorizados.

4.2. Requisitos de Atendimento e Níveis de Serviço (SLA)

4.2.1. A Central de Intermediação deverá operar em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), assegurando que, no mínimo, 80% (oitenta por cento) dos atendimentos sejam iniciados em até 90 (noventa) segundos após o acionamento.

4.2.2. Os serviços de interpretação em LIBRAS deverão ser prestados por profissionais devidamente qualificados, com comprovação de formação ou certificação específica, em conformidade com a legislação vigente aplicável à profissão, inclusive a Lei nº 14.704/2023.

4.2.3. A CONTRATADA deverá manter equipe responsável pela monitoria de qualidade e planejamento operacional, incumbida, no mínimo, de:

I – dimensionar adequadamente a equipe de intérpretes;

II – monitorar indicadores operacionais e de qualidade;

III – gerir escalas e turnos de atendimento;

IV – analisar sazonalidades e picos de demanda;

V – avaliar o desempenho técnico e a satisfação dos usuários;

VI – identificar gargalos operacionais e propor melhorias contínuas.

4.2.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar pesquisa de satisfação ao término de cada atendimento, cujos resultados deverão ser acessíveis à CONTRATANTE por meio do Painel de Gestão, para fins de acompanhamento e aprimoramento do serviço.

4.2.5. Deverá ser mantido Service Desk com ferramenta de gestão de chamados (incidentes, problemas e mudanças), observando boas práticas de mercado, tais como ITIL ou COBIT, compatíveis com os níveis de serviço pactuados.

4.3. Requisitos de Segurança da Informação, Privacidade e Conectividade

4.3.1. A solução deverá observar integralmente a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, à confidencialidade das informações e ao sigilo das comunicações realizadas durante os atendimentos.

4.3.2. A CONTRATADA deverá prover hospedagem da solução em ambiente de Data Center que atenda requisitos de segurança, redundância, monitoramento e continuidade de negócios, com mecanismos de backup e recuperação de desastres.

4.3.3. A solução deverá permitir a implementação de regime de internet patrocinada (billing reverso) ou solução técnica equivalente, assegurando a gratuidade de acesso ao usuário final, sem consumo de franquia de dados móveis, mediante acordos técnicos com operadoras de telefonia.

4.3.4. A plataforma deverá atender, no mínimo, aos requisitos de segurança, desempenho, disponibilidade, carga e vulnerabilidade, conforme definidos no Anexo de Prova de Conceito (Anexo) deste Termo de Referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A solução objeto da presente contratação encontra-se devidamente caracterizada e fundamentada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no qual estão descritos os aspectos técnicos, funcionais e operacionais necessários ao atendimento da demanda, estruturada para contratação por meio de Sistema de Registro de Preços, de forma futura e eventual, conforme a necessidade da Administração, observados os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, GESTÃO DA ATA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A execução do objeto dar-se-á mediante a prestação contínua e remota dos serviços de intermediação, interpretação e tradução da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a Língua Portuguesa e vice-versa, por meio de plataforma digital especializada, operada por empresa devidamente habilitada, com disponibilidade em regime ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), conforme as demandas da CONTRATANTE.

6.1.1. A CONTRATADA deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE, prazo no qual deverá implantar e disponibilizar integralmente a plataforma tecnológica e demais funcionalidades previstas neste Termo de Referência.

6.2. A utilização dos serviços ocorrerá de forma futura e eventual, mediante acionamento sob demanda ou por agendamento prévio, observada a vigência da Ata de Registro de Preços, não gerando obrigação de contratação mínima, em conformidade com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Os atendimentos poderão ser originados a partir de diferentes canais e ambientes de interação da CONTRATANTE, incluindo, mas não se limitando a:

- I – unidades administrativas, equipamentos públicos e pontos de atendimento presencial;
- II – canais digitais, como website institucional, aplicativos móveis, SAC, centrais telefônicas e outros meios eletrônicos disponibilizados;
- III – eventos, reuniões, audiências e atendimentos virtuais previamente agendados por meio do Painel de Gestão;
- IV – atendimento vinculado a compromissos institucionais e agendas previamente programadas.

6.4. O acesso à Central de Intermediação em Libras deverá possibilitar, no mínimo, os seguintes fluxos operacionais:

- I – acesso por link web disponibilizado pela CONTRATANTE;
- II – acesso por QR Code, sem obrigatoriedade de instalação de aplicativo, quando tecnicamente viável;

III – acionamento por usuários ouvintes para intermediação da comunicação com pessoas surdas previamente cadastradas.

6.5. Caberá à CONTRATADA o planejamento, a organização e a gestão da capacidade operacional necessária à execução dos serviços, incluindo:

I – dimensionamento adequado da equipe de intérpretes;

II – gestão de escalas e turnos;

III – monitoramento contínuo dos indicadores de desempenho e níveis de serviço;

IV – adoção de medidas preventivas e corretivas para assegurar a regularidade, a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.

6.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico durante toda a execução dos serviços, bem como fornecer relatórios gerenciais e analíticos que permitam:

I – o acompanhamento da utilização da Ata de Registro de Preços;

II – a aferição da qualidade e da eficiência dos serviços prestados;

III – o subsídio às atividades de fiscalização e gestão contratual.

6.7. Como parte integrante da execução do objeto, a CONTRATADA deverá prever treinamento em língua portuguesa, de caráter orientativo, destinado à capacitação dos usuários ouvintes da CONTRATANTE, visando assegurar a correta utilização da plataforma, a adequada interação com os serviços de intermediação em Libras e a efetividade da prestação contratual.

6.8. O treinamento referido no item anterior deverá ser disponibilizado por meio de conteúdos audiovisuais ou outros recursos tecnológicos equivalentes, cujos materiais deverão observar padrão de qualidade compatível com as melhores práticas de mercado, podendo ser atualizados sempre que necessário, de acordo com a evolução da solução tecnológica ou com as necessidades operacionais da CONTRATANTE.

6.9. A fiscalização da execução dos serviços ficará a cargo da CONTRATANTE, por intermédio de servidores formalmente designados como gestor e fiscais, nos termos dos arts. 7º, 117 e 169 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes:

I – acompanhar e avaliar a execução dos serviços;

II – verificar o cumprimento das condições pactuadas e dos níveis de serviço;

III – registrar ocorrências e não conformidades em relatórios próprios;

IV – comunicar à CONTRATADA eventuais falhas e exigir as providências corretivas cabíveis;

V – propor a aplicação de sanções administrativas, quando for o caso.

6.10. Constatada a prestação de serviços em desacordo com as especificações, padrões de qualidade ou níveis de serviço estabelecidos, a CONTRATADA será formalmente notificada para correção das não conformidades, sem ônus para a Administração, no prazo definido pela fiscalização, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas nos arts. 156 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

6.11. A CONTRATADA deverá observar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em consonância com o art. 25, §6º, da Lei nº 14.133/2021, priorizando soluções tecnológicas eficientes, a redução de impactos ambientais indiretos e a adequada gestão de recursos e resíduos eventualmente gerados.

6.12. A Ata de Registro de Preços terá vigência pelo prazo máximo legal de até 1 (um) ano, admitida uma única prorrogação por igual período, quando comprovada a vantagem para a Administração, nos termos da legislação vigente.

Os contratos dela decorrentes serão firmados conforme a efetiva necessidade da Administração e terão vigência definida no respectivo instrumento contratual, limitada ao prazo máximo de até 5 (cinco) anos, incluídas as prorrogações, quando se tratar de serviços de natureza contínua, desde que mantidas as condições pactuadas, demonstrada a vantagem econômica e observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Medição e Atestação da Execução dos Serviços

7.1.1. A execução dos serviços será medida e atestada mensalmente, pela fiscalização da CONTRATANTE, com base nos relatórios extraídos do Painel de Gestão da plataforma, bem como em eventuais informações complementares solicitadas à CONTRATADA.

7.1.2. Para fins de medição, deverão ser considerados, no mínimo:

I – a disponibilidade da plataforma no regime de funcionamento ininterrupto (24x7);

II – o quantitativo de atendimentos realizados no período de referência;

III – o tempo efetivo de utilização dos serviços de interpretação em LIBRAS;

IV – o cumprimento dos níveis mínimos de serviço (SLAs) estabelecidos no instrumento contratual;

V – a regularidade operacional e a inexistência de falhas que comprometam a acessibilidade comunicacional.

7.1.3. As faturas deverão ser acompanhadas de relatórios detalhados de utilização, contendo, no mínimo, a quantidade de atendimentos realizados, o tempo total de uso, a distribuição por canal de acesso e os principais indicadores de desempenho, de modo a possibilitar a adequada verificação da execução contratual.

7.1.4. Poderão ser aplicados mecanismos de glosa ou descontos proporcionais, previamente definidos no contrato, nos casos de descumprimento dos níveis de serviço pactuados, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.2. Recebimento dos Serviços

7.2.1. Recebimento Provisório

O recebimento provisório dos serviços dar-se-á no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da implantação e disponibilização inicial da plataforma, mediante verificação preliminar, pela fiscalização, do funcionamento do sistema, da disponibilidade do serviço em regime ininterrupto (24x7) e do atendimento mínimo às especificações técnicas previstas no Termo de Referência, nos termos do art. 140, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da plena conformidade da execução com as disposições contratuais, validação dos relatórios iniciais de operação e confirmação da estabilidade e regularidade do serviço, sendo formalizado por meio de termo próprio, nos termos do art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

7.2.3. Após o recebimento definitivo, a execução contratual será acompanhada por medições mensais, cujo atesto pela fiscalização ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o encerramento do período de referência, constituindo condição para a liquidação e o pagamento.

7.2.4. O recebimento provisório ou definitivo não exime a CONTRATADA da responsabilidade civil, técnica, ética e profissional pela perfeita execução dos serviços durante toda a vigência contratual, nem impede a apuração de falhas e a aplicação de sanções, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do contrato.

7.3. Liquidação da Despesa

7.3.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente instruído com os relatórios de medição e o atesto da fiscalização, o prazo para liquidação da despesa será de até 15 (quinze) dias úteis, prorrogável por igual período, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente verificará:

I – a regularidade da execução dos serviços no período faturado;

II – a conformidade da nota fiscal com o contrato e com a medição realizada;

III – a comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA, conforme art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.3. Constatada qualquer irregularidade ou impedimento à liquidação, esta será suspensa até a regularização da pendência pela CONTRATADA, reiniciando-se o prazo após a devida correção, sem ônus à Administração.

7.4. Pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da conclusão da liquidação da despesa, mediante ordem bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

7.4.2. A remuneração observará o modelo definido no contrato e na Ata de Registro de Preços, podendo compreender:

I – parcela fixa, destinada a cobrir os custos de infraestrutura, disponibilidade da plataforma, gestão operacional e suporte técnico;

II – parcela variável, correspondente à efetiva utilização dos serviços de interpretação em LIBRAS, conforme volumetria apurada nos relatórios de medição.

7.4.3. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, incidirá atualização monetária sobre o valor devido, nos termos do art. 134 da Lei nº 14.133/2021, utilizando-se índice oficial previsto contratualmente.

7.4.4. Serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação vigente, ressalvados os casos de isenção legal ou enquadramento da CONTRATADA no regime do Simples Nacional, mediante comprovação formal.

8. FORMAS, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO, BEM COMO CRITÉRIO DE REAJUSTE

8.1. O pagamento será realizado exclusivamente no âmbito dos contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços, de acordo com a efetiva execução do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização e após a regular liquidação da despesa.

8.2. As operações destinadas a órgãos da Administração Pública deverão ser acobertadas por Nota Fiscal Eletrônica, nos termos da legislação tributária vigente, especialmente o Protocolo ICMS nº 42/2009 e normas correlatas.

8.3. A Nota Fiscal deverá conter, obrigatoriamente, a identificação do contrato ou ordem de fornecimento, a descrição do objeto executado, bem como os dados bancários da contratada para fins de pagamento por ordem bancária.

8.4. Os preços registrados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data da proposta ou do marco definido no contrato decorrente, conforme disposto no art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação formal da contratada, com base no índice previsto no instrumento convocatório ou no contrato.

8.6. O pedido de reajuste deverá ser instruído com memorial de cálculo, demonstrando a variação efetiva dos custos, observado o equilíbrio econômico-financeiro.

8.7. Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

8.8. Na hipótese de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será adotada a última variação oficialmente conhecida, procedendo-se à compensação quando da divulgação definitiva.

8.9. A eventual prorrogação dos contratos decorrentes sem a solicitação formal de reajuste implicará a preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, sem prejuízo de pleitos futuros, nos termos pactuados.

8.10. O reajuste, quando concedido, será formalizado por apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – Art. 6º, XXIII, “h”

9.1 Forma de Seleção e Critério de Julgamento

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, adotando-se o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, por LOTE.

9.1.2. O regime de execução do objeto será de consumo, considerando a futura e eventual aquisição dos serviços.

9.2 Exigências de Habilitação

9.2.1 Habilitação Jurídica

O licitante deverá comprovar sua regularidade jurídica conforme a sua natureza:

- a) Pessoa Física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente com validade em todo o território nacional.
 - b) Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, junto à Junta Comercial da sede.
 - c) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade será verificada no sítio oficial gov.br
 - d) Sociedade Empresária, SLU ou EIRELI: inscrição do ato constitutivo, contrato social ou estatuto no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de documentos de identificação dos administradores.
 - e) Sociedade Empresária Estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa da filial, sucursal ou estabelecimento.
 - f) Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhada de documentos de identificação dos administradores.
 - g) Filiais, Sucursais ou Agências: inscrição do ato constitutivo da unidade no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou Registro Público de Empresas Mercantis, com averbação na sede da matriz.
 - h) Sociedade Cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que aprovou o estatuto, registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da sede, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.
- 9.2.2. Todos os documentos apresentados deverão conter todas as alterações e consolidações pertinentes.

9.2.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

O licitante deverá comprovar regularidade:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no CPF, conforme aplicável;
- b) Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão conjunta RFB/PGFN, incluindo créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
- c) Regularidade com o FGTS;
- d) Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- e) Inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor;
- f) Regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual, quando aplicável;
- g) Caso seja isento de tributos estadual ou municipal, comprovação mediante declaração oficial da Fazenda competente;
- h) Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.3 Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para apresentação do documento, exceto se outro prazo constar do referido documento;
- b) Caso a certidão exigida acima seja emitida na forma POSITIVA para recuperação judicial, o licitante deverá comprovar, por meio de certidão emitida pela instância judicial competente, que o plano de recuperação foi aprovado em assembleia geral de credores e homologado pelo juiz, e que está sendo cumprido regularmente, demonstrando que a empresa está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

9.2.4 Qualificação Técnica

- a) A(s) empresa(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares/equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.3. Dos critérios de aceitabilidade da proposta:

9.3.1. A proposta de preços deverá conter:

9.3.1.1. Razão social, número do CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico do licitante;

9.3.1.2. Modalidade e número da licitação;

9.3.1.3. Especificação sucinta do objeto licitado;

9.3.1.4. Valor global do fornecimento, discriminando o valor unitário e o valor total;

9.3.1.4.1. O valor unitário deverá ser apresentado em moeda corrente nacional, com no máximo duas (02) casas decimais;

9.3.1.4.2. O valor global deverá ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, com no máximo duas (02) casas decimais;

9.3.1.4.3. Quando a divisão do valor global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de duas casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global resultante dessa adequação deverá ser igual ou inferior ao valor originalmente proposto e/ou adjudicado;

9.3.1.5. Declaração de validade da proposta por 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir integralmente as especificações técnicas, funcionais, operacionais, de segurança e de acessibilidade previstas neste Termo de Referência, em seus anexos, na Ata de Registro de Preços e nos contratos dela decorrentes, bem como na legislação aplicável, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

10.2. Disponibilizar, operar e manter, às suas expensas, toda a infraestrutura necessária à execução dos serviços, compreendendo recursos humanos, tecnológicos, de software, hardware, conectividade e telecomunicações, assegurando funcionamento ininterrupto da plataforma em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

10.3. Manter equipe de tradutores e intérpretes de Libras–Português devidamente qualificados, habilitados e certificados, em quantitativo compatível com a demanda da CONTRATANTE, garantindo padrões adequados de qualidade, urbanidade, ética profissional e respeito aos usuários.

10.4. Assegurar a confidencialidade, o sigilo e a integridade das informações tratadas durante a execução dos serviços, bem como a proteção dos dados pessoais envolvidos, observando rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

10.5. Prover suporte técnico e operacional contínuo à CONTRATANTE, por meio de Service Desk ou ferramenta equivalente, para registro, acompanhamento e solução de incidentes, problemas, solicitações e mudanças, em prazos compatíveis com a criticidade de cada ocorrência e com os níveis de serviço pactuados.

10.6. Disponibilizar Pannel de Gestão com acesso exclusivo à CONTRATANTE, assegurando a integridade, a atualidade, a rastreabilidade e a fidedignidade das informações, relatórios gerenciais e indicadores de desempenho relativos à execução dos serviços.

10.7. Fornecer relatórios técnicos, operacionais e gerenciais, conforme periodicidade definida, contendo, no mínimo, informações sobre volume de atendimentos, tempo de utilização, canais de acesso, indicadores de qualidade e níveis de serviço.

10.8. Colaborar com ações de fiscalização, auditorias, inspeções, testes e avaliações eventualmente realizados pela CONTRATANTE ou por órgãos de controle, fornecendo, quando solicitado, as informações e acessos estritamente necessários.

10.9. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e técnica exigidas no certame.

10.10. Responder por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de falhas, omissões ou irregularidades na execução dos serviços, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

11.1.1. A Secretaria Municipal de Assistência Social de Rondonópolis-MT, na qualidade de contratante e responsável pela gestão e fiscalização do contrato, obriga-se a:

11.2. Quanto à gestão e acompanhamento da execução contratual:

11.2.1. Designar formalmente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, servidor responsável pela fiscalização do contrato, com poderes para acompanhar, controlar e registrar a execução contratual, bem como para promover as comunicações necessárias com a contratada.

11.2.2. Fornecer à contratada, de forma clara e tempestiva, as autorizações necessárias à execução do objeto, incluindo detalhes de serviços, unidades de atendimento e fluxos de encaminhamento.

11.2.3. Realizar, dentro dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, as atividades de acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços, conferindo a conformidade com o que foi contratado.

11.2.4. Garantir à contratada as condições necessárias para a execução dos serviços nos locais indicados, incluindo acesso às unidades e presença de servidor responsável pela fiscalização.

11.3. Quanto ao controle e responsabilidade institucional:

11.3.1. Acompanhar e controlar a efetiva aplicação dos serviços, garantindo a conformidade com as diretrizes da política pública de assistência social e com a legislação vigente.

11.3.2. Fornecer, quando necessário, esclarecimentos, orientações e documentos complementares à contratada, relacionados ao objeto e à execução contratual.

11.3.3. Notificar formalmente a contratada sobre ocorrências de irregularidades, atrasos ou inconformidades na execução do contrato, concedendo prazo razoável para correção.

11.4. Quanto à regularidade administrativa e financeira:

11.4.1. Atestar as notas fiscais somente após a verificação da execução satisfatória dos serviços, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

11.4.2. Efetuar o pagamento das despesas autorizadas e atestadas dentro do prazo contratual, desde que cumpridas todas as obrigações legais e contratuais por parte da contratada.

11.4.3. Garantir que nenhuma taxa administrativa incida sobre o Município, sendo vedado à contratada repassar custos relacionados ao sistema, gestão ou credenciamento de fornecedores ao ente público.

11.5. Quanto à transparência e responsabilidade social:

11.5.1. Zelar pela proteção dos dados pessoais dos beneficiários, observando os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), especialmente no compartilhamento de informações com a contratada.

11.5.2. Providenciar os registros de atos, relatórios, fiscalizações e pagamentos no sistema de gestão contratual utilizado pelo Município, mantendo a rastreabilidade dos atos administrativos vinculados à execução do objeto.

11.5.3. Adotar, quando necessário, as medidas legais e administrativas cabíveis para resguardar o interesse público, o erário e a continuidade da política pública de assistência social.

12. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA –

12.1. Serão consideradas aceitáveis as propostas que:

- a) Apresentarem preços compatíveis com os praticados no mercado para serviços de intermediação e interpretação em Libras, conforme pesquisa prévia de preços realizada pela Administração, observando-se os princípios da economicidade, da eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 11, inciso III, e do art. 23, inciso V, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Atenderem integralmente às especificações técnicas, funcionais, operacionais, de desempenho, segurança da informação e acessibilidade estabelecidas neste Termo de Referência, inclusive quanto à disponibilização da plataforma digital, regime de funcionamento ininterrupto (24h/7d), níveis de serviço (SLA) e qualificação dos profissionais intérpretes de Libras;
- c) Apresentarem a composição completa dos preços, com discriminação clara dos valores unitários e globais, bem como dos eventuais componentes fixos e variáveis da prestação dos serviços, em moeda corrente nacional, sem a inclusão de custos, encargos ou condições não previstos neste Termo de Referência;
- d) Estiverem livres de erros, omissões ou inconsistências que possam comprometer a análise de sua exequibilidade ou aderência ao objeto, sendo passíveis de desclassificação as propostas que apresentarem valores manifestamente inexequíveis, incompatíveis com a realidade de mercado ou em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- e) Observarem, quando aplicável, os limites máximos de preços definidos pela Administração com base na pesquisa de mercado, sendo desclassificadas as propostas que os ultrapassarem.

12.2. Não serão admitidas propostas que:

- a) Sejam manifestamente inexequíveis, especialmente aquelas que não demonstrem capacidade técnica, operacional e econômica para a execução contínua dos serviços em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021;
- b) Divergirem das especificações técnicas, dos requisitos mínimos de desempenho, dos níveis de serviço (SLA) ou das condições operacionais estabelecidas neste Termo de Referência;
- c) Incluïrem condições de execução, formas de remuneração, limitações de uso, restrições técnicas ou vantagens não previstas no edital, na Ata de Registro de Preços ou neste Termo de Referência.

13. ESTIMATIVA DO VALOR

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 270.784,08 (duzentos e setenta mil setecentos e oitenta e quatro reais e oito centavos)**, conforme planilha contendo os preços unitários referenciais, memórias de cálculo e orçamentos em anexo.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento

15.2 A contratação será atendida pelas seguintes dotações: Classificação Orçamentária da Despesa 2026

Órgão:	02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis
Unidade:	013 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL
Funcional Programática:	08.122.2207.2079- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Elemento de Despesa:	3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Reduzido:	431
Valor	R\$ 270.784,08
Fonte de Recurso Municipal:	1.500.0000000

16. DA GARANTIA – Art. 23, XIII do Decreto Municipal 11.685/2023 e Art. 140, § 1º, III, da Lei 14.133/2021

16.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O inadimplemento das obrigações assumidas pela Contratada, assim como o descumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, na proposta ou no contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços, sujeitará a Contratada à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 156 da referida Lei.

17.2. As sanções aplicáveis poderão incluir, isolada ou cumulativamente:

17.3. Advertência: comunicação formal sobre irregularidade constatada, com determinação de correção em prazo definido pela Administração.

17.4. Multa: percentual sobre o valor do item não executado ou incorretamente prestado, conforme previsto no contrato, considerando a gravidade e extensão da infração, em conformidade com o art. 157, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

17.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração: pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, nos termos do art. 157, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

17.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública: quando constatada infração grave, de acordo com o art. 157, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

17.7. A aplicação das sanções obedecerá aos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e interesse público, considerando a natureza da infração, o histórico de cumprimento contratual e os prejuízos causados à Administração ou aos beneficiários do serviço.

17.8. A fiscalização do contrato, designada pela Administração, será responsável por relatar as irregularidades e propor a aplicação das sanções cabíveis, assegurando que todas as decisões estejam devidamente registradas em processo administrativo, em conformidade com os arts. 116 a 118 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

17.9. A Contratada poderá apresentar defesa ou justificativa prévia em prazo razoável, antes da aplicação de qualquer penalidade, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

17.10. As sanções administrativas previstas neste Termo de Referência não excluem a responsabilidade civil, administrativa ou criminal a que a Contratada esteja sujeita, nos termos da legislação aplicável, incluindo eventuais ressarcimentos por danos causados à Administração ou a terceiros.

18. DO FORO

18. As questões decorrentes da execução do presente instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas, no foro da cidade de Rondonópolis – MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

FRANCISLENE A.R.CHAVES DUARTE
Gerente de Divisão de Suprimentos e Compras

ALESSANDRA FERREIRA CRÓCO DE SOUZA
Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social

ANEXO VII – PROVA DE CONCEITO (PoC)

1. FINALIDADE E NATUREZA JURÍDICA

A presente Prova de Conceito (PoC) tem por finalidade exclusiva verificar a aderência funcional mínima da solução tecnológica ofertada pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência, sem gerar direito subjetivo à contratação, não caracterizando execução antecipada do objeto, consumo de quantitativos, remuneração ou qualquer obrigação financeira por parte da Administração Pública.

A PoC constitui etapa técnica de validação da proposta, realizada em observância aos princípios do planejamento, isonomia, julgamento objetivo, competitividade, eficiência e motivação, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, sendo compatível com o Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 do referido diploma legal.

2. ABRANGÊNCIA E CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A Prova de Conceito será exigida exclusivamente da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, como etapa de validação técnica da proposta apresentada, previamente à adjudicação do objeto.

2.2. A avaliação restringir-se-á à demonstração prática das funcionalidades da solução, sendo vedada qualquer análise subjetiva ou comparativa, bem como qualquer verificação relacionada à marca, arquitetura interna, linguagem de programação, código-fonte, modelo de negócio ou solução proprietária específica.

2.3. A realização da PoC não caracteriza início de execução contratual, nem gera qualquer vínculo obrigacional entre as partes, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

3. REQUISITOS FUNCIONAIS OBRIGATÓRIOS

A licitante deverá atender integralmente (100%) aos requisitos abaixo relacionados, sob pena de reprovação na Prova de Conceito:

Item 1 – Disponibilizar atendimento por videochamada com intérprete remoto de LIBRAS, por meio de plataforma web, compatível com navegadores padrão de mercado e sistemas operacionais Windows, Linux e macOS, com tempo máximo de conexão inicial de até 90 (noventa) segundos.

Item 2: Disponibilizar atendimento por videochamada com intérprete remoto de LIBRAS por meio de interface web responsiva ou aplicativo, compatível com dispositivos móveis Android e iOS, com tempo máximo de conexão inicial de até 90 (noventa) segundos.

Item 3: Garantir que o uso do serviço de interpretação em LIBRAS não gere ônus ao usuário final quanto ao consumo de dados móveis, admitindo-se solução tecnológica equivalente que assegure a gratuidade do acesso.

Item 4: Permitir a apresentação de serviços conforme a localização geográfica do usuário, quando aplicável, observada a legislação vigente de proteção de dados pessoais.

Item 5: Disponibilizar mecanismo de acionamento remoto do usuário surdo (push, notificação ou tecnologia equivalente), possibilitando o início do atendimento por videochamada.

4. REQUISITOS FUNCIONAIS COMPLEMENTARES

Para aprovação na Prova de Conceito, a licitante deverá comprovar o atendimento a, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos requisitos funcionais complementares abaixo relacionados, sem geração de pontuação, ranqueamento técnico ou classificação adicional, servindo tais requisitos exclusivamente para validação mínima da solução tecnológica:

- Customização visual da plataforma (cores e identidade institucional) por meio de painel de gestão;
- Alteração de logotipo e descrição dos serviços conforme necessidade da Administração;
- Painel de gestão web com controle de acessos, registro integral dos atendimentos (atendidos e não atendidos) e emissão de relatórios exportáveis;
- Plataforma web responsiva com exibição de vídeos institucionais em LIBRAS durante a fila de espera;
- Aceitação de termos de uso e política de privacidade, com validação de cadastro por múltiplos canais;
- Gestão de usuários com definição de perfis e permissões, incluindo geração de QR Code de acesso;
- Controle de senhas e bloqueio de acessos indevidos;
- Sistema de registro e tratamento de incidentes conforme boas práticas de gestão de serviços (ITIL, COBIT ou equivalente);
- Hospedagem da solução sob responsabilidade da CONTRATADA, em ambiente localizado no território nacional, com mecanismos de redundância e continuidade do serviço;
- Gestão de múltiplos serviços de atendimento e respectivos scripts;
- Diferenciação de perfis de usuários (surdos e ouvintes);
- Possibilidade de gravação dos atendimentos, observada a legislação vigente e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Gestão e exportação de base de usuários cadastrados;
- Indicadores de desempenho em tempo real;
- Transferência de atendimentos entre intérpretes;
- Atendimento por vídeo e/ou texto;
- Realização de chamadas telefônicas intermediadas por intérprete de LIBRAS;
- Priorização de atendimentos emergenciais;
- Cadastro individualizado de usuários com controle de acesso;

- Comprovação de direito regular, válido e auditável de uso da solução tecnológica, compatível com a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes.

5. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E RESULTADO

5.1. A Prova de Conceito será considerada APROVADA quando atendidos todos os requisitos funcionais obrigatórios e, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos requisitos funcionais complementares.

5.2. O resultado da Prova de Conceito será formalizado em Relatório Técnico Circunstanciado, devidamente fundamentado, que integrará o processo administrativo para fins de motivação, transparência e controle.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. A aprovação na Prova de Conceito não gera direito subjetivo à contratação, ficando a formalização da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes condicionada à necessidade da Administração e à observância das disposições da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Este Anexo constitui modelo padronizado municipal para avaliação de soluções tecnológicas de acessibilidade comunicacional, podendo ser aplicado a futuras contratações de natureza semelhante, mediante as adaptações necessárias ao objeto específico.